



Concurso Público Celesc S.A.

Edital 001/2024

14 de julho de 2024



Cargo Contador – Nível Superior

Preencha seu nome por extenso, neste espaço.
Item 11.2 do edital

Instruções

1. Confira se o nome impresso no Cartão Resposta corresponde ao seu, e se as demais informações estão corretas. Caso haja qualquer irregularidade, comunique imediatamente ao fiscal. Assine-o no local indicado.
2. A prova é composta por 60 questões objetivas, de múltipla escolha, com cinco alternativas de resposta – A, B, C, D e E – das quais, somente uma deverá ser assinalada como correta. Confira o **CARGO**, a impressão e o número das páginas do Caderno de Prova. Caso necessário, solicite um novo Caderno.
3. As questões deverão ser resolvidas no Caderno de Prova e transcritas para o Cartão Resposta, utilizando caneta esferográfica, tubo transparente, com tinta indelével, de cor preta (preferencialmente) ou azul.
4. Não serão prestados quaisquer esclarecimentos sobre as questões das provas durante a sua realização. O candidato poderá, se for o caso, interpor recurso no prazo definido pelo Edital.
5. O Cartão Resposta não será substituído em caso de marcação errada, rasura ou destaque inadequado.
6. Não será permitido ao candidato manter em seu poder qualquer tipo de equipamento eletrônico ou de comunicação, mesmo que desligado, devendo o mesmo ser colocado **OBRIGATORIAMENTE** no saco plástico. Caso essa exigência seja descumprida, implicará a eliminação do candidato.
7. Todo o material, portado pelo candidato, deve ser acomodado em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova.
8. Também não será permitido qualquer tipo de consulta (livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, anotações, régua de cálculo etc.), ou uso de óculos escuros, protetor auricular ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, lenço ou similares), ou o porte de qualquer arma. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. Somente será permitida a sua retirada da sala após uma hora e trinta minutos do início da prova que terá, no máximo, quatro horas de duração. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala até que todos concluem a prova e possam sair juntos.
10. O tempo de resolução das questões objetivas, incluindo o tempo de transcrição para o Cartão Resposta personalizado, é de **QUATRO HORAS**.
11. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de sala.
12. Aguarde autorização para entregar o Caderno de Prova e o Cartão Resposta.
13. Diante de qualquer dúvida, comunique-se com o fiscal de sala.

Texto 1

Preconceito linguístico nos meio digital: ele existe?

Por acaso, ao ler o título, o que lhe saltou aos olhos foi o “erro” de concordância em “nos meio digital”? E, a partir dessa constatação, você concluiu que esta reportagem não tem credibilidade e cogitou a possibilidade de não fazer a leitura? Desculpe-nos ser insistentes, car@ leitor@, mas se você se identificou, aí é que precisa lê-la.

Não é novidade que a internet e, conseqüentemente, as redes sociais, estão presentes e influenciam nosso cotidiano. Embora, por um lado, elas tenham ressignificado as formas de nos relacionarmos, por outro, ainda reproduzem algumas condutas comuns nos meios não digitais.

Você já deve ter presenciado alguém ser constrangido pela forma que fala, certo? Da mesma maneira, já deve ter visto algum comentário em postagem de rede social desqualificando a opinião/posição de uma pessoa simplesmente pelo jeito que ela escreve, por não seguir estritamente o que se concebe como “língua padrão”. Em outras palavras, por apresentar variação em relação a ela.

Sejam vídeos que circulam no YouTube sejam as famosas pérolas divulgadas nas redes em época de vestibular, o preconceito linguístico ocorre em diversas situações.

Respondendo à pergunta-título: sim, existe preconceito linguístico nos meios digitais. Muitas pessoas podem “torcer o nariz” para essa questão ou achar que é mais uma invenção de uma geração problematizadora, que não vê humor em situações aparentemente inocentes. Ou, ainda, entender que é uma liberação para todo mundo falar “errado”.

O que essas pessoas não entendem é que o direito linguístico é (ou deveria ser) um direito humano fundamental. Todos deveriam poder se expressar, demonstrar suas emoções, compartilhar suas visões de mundo e transmitir seus conhecimentos sem coerção, da forma que se sentem fluentes e capazes. As pessoas devem se sentir livres para poder falar a sua língua – ou variante dela.

Adaptado de: RODRIGUES, Oscar; ALVES; Rafael. Preconceito linguístico nos meio digital: ele existe? **O Consoante**. 22 julho 2017. Disponível em: <http://oconsoante.com.br/2017/07/22/preconceito-linguistico-nos-meio-digital-ele-existe/>. Acesso em: 03 jun. 2024.

01) Em relação ao Texto 1, analise as afirmativas que seguem.

1. Os autores empregam o solecismo como estratégia discursiva para chamar a atenção dos leitores para o tema do texto.
2. O discurso indireto é adotado no texto para que as ideias fluam de forma mais suave e coesa, em vez de se destacarem como citações diretas.
3. A linguagem coloquial adotada pelos autores é inadequada no contexto de comunicações acadêmico-científicas, ainda que coerente com textos de opinião.
4. A perspectiva dos autores em relação ao papel da linguagem na expressão e perpetuação de preconceitos se revela não apenas pelo conteúdo, mas também na forma.

É **CORRETO** o que se afirmar em:

- A) 2, 3.
- B) 1, 2, 3, 4.
- C) 2, 3, 4.
- D) 1, 3, 4.
- E) 1, 4.

Justificativa

Afirmativa 1: Correta. O erro gramatical do título, além de expressões como “o jeito que ela escreve” são exemplos de solecismo usado de forma intencional no texto.

Afirmativa 2: Incorreta. O texto não emprega o discurso indireto, pois não se constrói como uma paráfrase das palavras de outrem.

Afirmativa 3: Correta: O texto é um artigo de opinião que usa a linguagem dialogada e coloquial, a qual não é recomendada em publicações acadêmico-científicas.

Afirmativa 4: Correta: A presença da expressão “car@ leitor@”, além da linguagem simples, demonstra a preocupação em retratar na forma da expressão a ideia de inclusão.

Referência

AZEREDO, José Carlos De. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2021.

BECHARA, Evanildo. **Compreender e interpretar os textos**: Para todo tipo de prova de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

Nível	Superior
Disciplina	Português
Eixo Temático	Texto e Discurso
Tema	Leitura e interpretação de textos.
Tópico do Conteúdo	Variedade de textos e adequação de linguagem. Discurso direto e indireto. Figuras de linguagem. Uso de linguagem não violenta.

02) A partir da leitura do Texto 1, é **CORRETO** concluir que:

- A) **As línguas não são homogêneas e as variações linguísticas representam possibilidades válidas de expressão.**
- B) Os autores não dominam o registro formal da língua, por este motivo o texto apresenta desvios da norma culta.
- C) O preconceito linguístico é uma forma de exclusão social, que escapa ao âmbito das comunicações virtuais.
- D) Hoje o preconceito linguístico é absolutamente reconhecido e rechaçado nos meios digitais e não digitais.
- E) Os autores defendem a perspectiva de que as pessoas devem ter o direito de poder falar errado.

Justificativa

Correta: No texto, se afirma que há uma variedade considerada “padrão” juntamente com outras, e que as “pessoas devem se sentir livres para poder falar a sua língua – ou variante dela.”

Incorreta: Ao longo do texto, os autores empregam majoritariamente o registro culto, por exemplo, quanto à concordância e colocação pronominal, sendo empregadas poucas formas distintas do uso culto de maneira proposital pelos autores.

Incorreta: No texto, fica claro que o preconceito linguístico também se manifesta no meio digital.

Incorreta: Conforme o texto, ainda há aqueles que não reconhecem o preconceito linguístico: “Muitas pessoas podem ‘torcer o nariz’ para essa questão ou achar que é mais uma invenção de uma geração problematizadora”.

Incorreta: Os autores demonstram questionar o conceito de “falar errado”, pelo próprio uso do termo entre aspas, pois compreendem a língua como um conjunto de variações, ao mesmo tempo, defendem o direito a todos poderem se expressar em sua variedade linguística.

Referência

BECHARA, Evanildo. **Compreender e interpretar os textos**: Para todo tipo de prova de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

Nível	Superior
Disciplina	Português
Eixo Temático	Texto e discurso
Tema	Leitura e interpretação de textos.
Tópico do Conteúdo	Informações literais e inferências.

Texto 2

Ecosistema de aprendizagem on-line: Construções teórico-metodológicas

A cultura digital impacta a relação dicotômica entre ambientes físicos e on-line. O cenário sociotécnico da educação ainda está descompassado em relação às competências digitais e é socialmente segregário. Nesse sentido, desde a revisão sistemática da literatura, identificamos estudos que apontam os ecossistemas de aprendizagem on-line como possíveis estruturas metodológicas congruentes às demandas dessa convergência. A revisão incluiu 206 produções, das quais 14 foram elegíveis a partir do método *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*. Os resultados revelaram que tais ecossistemas impactam e alteram as relações convencionais entre professor e estudante, organização de sala de aula e compreensão dos processos mediados por tecnologias.

FONTE: SANTOS, W. A. C.; MERCADO, L. P. L.; OLIVEIRA, C. A. de. Ecosistema de aprendizagem on-line: Construções teórico-metodológicas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 53, p. e10172, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980531410172>. Acesso em: 03 jun. 2024.

03) Em relação às informações apresentadas no Texto 2, assinale a alternativa que apresenta uma afirmativa **CORRETA**

- A) De acordo com os pesquisadores, as tecnologias digitais aplicadas à educação, além de impactarem a organização da sala de aula, também tem a capacidade de equalizar as relações sociais.
- B) Os pesquisadores identificaram que as competências digitais utilizadas na educação se alinham ao contexto social de uso das tecnologias de comunicação e informação.
- C) O estudo sobre os ecossistemas de aprendizagem on-line foi realizado através de uma revisão sistemática da literatura, cujo resultado incluiu a análise de 206 obras.
- D) Conforme o estudo, a cultura digital ampara a relação de oposição exclusiva na qual se encontram os ambientes digital e físico.
- E) **Já na fase da pesquisa bibliográfica, foi possível verificar que a educação digital apresenta métodos e estratégias que apoiam o estreitamento da relação entre físico e digital.**

Justificativa

Correta: “Já na fase da pesquisa bibliográfica foi possível verificar que a educação digital apresenta métodos e estratégias que apoiam o estreitamento da relação entre físico e digital”. Conforme o texto, a partir da revisão da literatura, foram identificados estudos que apontam que os ecossistemas de aprendizagem on-line são possíveis estruturas metodológicas compatíveis com a necessidade de convergência do físico com o virtual.

Incorreta: “Os pesquisadores identificaram que as competências digitais utilizadas na educação se alinham ao contexto social de uso das tecnologias de comunicação e informação.” O texto menciona que o cenário sociotécnico da educação ainda está descompassado em relação às competências digitais.

Incorreta: “O estudo sobre os ecossistemas de aprendizagem on-line foi realizado através de uma revisão sistemática da literatura, cujo resultado incluiu a análise de 206 obras.” O texto menciona especificamente que a revisão sistemática da literatura incluiu 206 produções, mas, destas, apenas 14 foram elegíveis para compor os resultados da análise.

Incorreta: “De acordo com os pesquisadores, as tecnologias digitais aplicadas à educação, além de impactarem a organização da sala de aula, também tem a capacidade de equalizar as relações sociais.” O texto indica que os processos mediados por tecnologias alteram a organização da sala de aula, mas que o cenário sociotécnico é segregário.

Referência

BECHARA, Evanildo. **Compreender e interpretar os textos**: Para todo tipo de prova de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

Nível	Superior
Disciplina	Português
Eixo Temático	Texto e Discurso
Tema	Compreensão e interpretação de textos.
Tópico do Conteúdo	Informações literais e inferências

04) No Texto 2, a expressão “nesse sentido” pode ser substituída sem prejuízo de sentido por:

- A) Em virtude disso.
- B) Portanto.
- C) **Além disso.**
- D) Analogamente.
- E) Desse modo.

Justificativa

Correta: “além disso”. No texto 2, a relação que se apresenta entre as ideias ligadas por “nesse sentido” é de adição e continuidade. Verificou-se uma dicotomia entre o físico digital e identificou-se que ela pode ser superada através de ferramentas digitais de educação.

Incorreta: “portanto”. A relação entre as ideias não é de conclusão, uma ideia não decorre logicamente da outra.

Incorreta: “em virtude disso”. A relação entre as ideias não é de consequência.

Incorreta: “analogamente”. A relação entre as ideias não é analogia.

Incorreta: “desse modo”. A relação entre as ideias não é de conclusão.

Referência

Nível	Superior
Disciplina	Português
Eixo Temático	Texto e discurso
Tema	Estruturação do texto
Tópico do Conteúdo	Recursos de coesão

05) “O cenário sociotécnico da educação [...] é socialmente segregário.” Sobre a palavra destacada, considere as possibilidades de análise abaixo:

1. Pertence à classe dos substantivos, pois funciona como núcleo do sintagma nominal.
2. Pode ser analisada em: SE- (prefixo que significa “à parte”) + GREG- (radical que significa “pertencente a um grupo”) + -ÁRIO (sufixo que expressa noção de função).
3. Consiste em um neologismo, construído por analogia à palavra “gregário” e com sentido oposto ao desta.

É **CORRETO** apenas o que se afirmar em:

- A) 3.
B) 1, 2.
C) 2, 3.
D) 2.
E) 1, 3.

Justificativa

Afirmativa 1: Incorreta. A palavra no contexto é um adjetivo.

Afirmativa 2: Incorreta. A palavra é formada pelo radical “segreg-“ e do sufixo “-ário”.

Afirmativa 3: Correta: O uso adjetivo do termo “segregar” é inovador e segue a mesma lógica de construção do adjetivo. “gregário”, com o qual apresenta relação de antonímia.

Referência

AZEREDO, José Carlos De. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Português
Eixo Temático	Léxico
Tema	Morfologia
Tópico do Conteúdo	Classes de palavras. Estrutura do vocábulo. Formação de palavras.

06) Assinale a afirmativa **CORRETA** sobre o uso da palavra “ecossistemas” no Texto 2.

- A) Trata-se de uma palavra na qual ocorreu uma catacrese, devido à mudança do significado original por esmaecimento do sentido original.
- B) Trata-se de uso denotativo do termo, pois refere-se ao conjunto das relações de interdependência que seres estabelecem entre si e com o ambiente que os cerca.
- C) É um exemplo braquilogia, pois, no texto, emprega-se uma expressão mais curta, equivalente a outra mais ampla ou de estruturação mais complexa.
- D) É um caso de hiperonímia, pois o termo expressa, de uma forma mais abrangente, o sentido de “ambientes digitais de aprendizagem”.
- E) **Representa um uso figurado da palavra, consistindo em uma metáfora que relaciona a complexidade das relações na ecologia às da educação digital.**

Justificativa

Correta: O termo “ecossistemas” é usado em sentido metafórico, pois é a apropriação de um termo da ecologia, que descreve relações complexas entre seres e ambientes, aplicado para descrever as relações entre atores e sistemas na educação digital.

Incorreta: O uso do termo é conotativo e não denotativo ou literal.

Incorreta: Braquilogia é uma forma abreviada de uma expressão, não se aplica ao caso.

Incorreta: Não há relação de hiponímia ou hiperonímia, mas de uma comparação.

Incorreta: Não se trata de emprego por mudança de sentido, mas sim a aplicação de sentido metafórico.

Referência

BECHARA, Evanildo. **Compreender e interpretar os textos**: Para todo tipo de prova de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

AZEREDO, José Carlos De. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Português
Eixo Temático	Texto e Discurso
Tema	Semântica
Tópico do Conteúdo	Figuras de linguagem

07) Qual item abaixo **NÃO** se refere à qualidade do produto energia elétrica, segundo os procedimentos de distribuição de energia elétrica da Aneel (PRODIST, 2021):

- A) Variação de tensão em regime permanente.
- B) **Potência instalada.**
- C) Harmônicas.
- D) Variação de frequência.
- E) Fator de potência.

Justificativa

Os aspectos considerados pela Aneel para avaliar a qualidade do produto energia elétrica são apresentados no Anexo VIII da Resolução Normativa Aneel n.º 956, de 7 de dezembro de 2021 – Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica – PRODIST (Módulo 8 – Qualidade de Fornecimento de Energia Elétrica). A potência instalada da edificação não é considerada. Todos os demais itens são considerados.

Referência

LEGISLAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO. PRODIST – Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica (Módulo 8 - Qualidade de Fornecimento de Energia Elétrica). Resolução Normativa Aneel n.º 956, de 7 de dezembro de 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Distribuição e transmissão de energia elétrica
Eixo Temático	Planejamento de redes de distribuição
Tema	Qualidade na distribuição de energia elétrica. Indicadores de continuidade
Tópico do Conteúdo	Qualidade do serviço energia elétrica

08) Atualmente, no Brasil, existem diversos agentes atuando no mercado de energia elétrica e, dentre estes, destaca-se o que a Aneel define como: “[...] pessoa jurídica ou consórcio de empresas que recebe concessão ou autorização para explorar aproveitamento hidrelétrico ou central geradora termelétrica e respectivo sistema de transmissão associado e para comercializar, no todo ou em parte, a energia produzida por sua conta e risco”. Esta definição corresponde ao:

- A) Comercializador de energia.
- B) Cogrador.
- C) **Produtor independente de energia.**
- D) Autoprodutor.
- E) Agente importador de energia.

Justificativa

Esta definição está no Anexo I da Resolução Normativa Aneel n.º 956, de 7 de dezembro de 2021 – Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica – PRODIST (Módulo 1 – Glossário de Termos Técnicos do PRODIST).

Referência

LEGISLAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO. PRODIST – Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica (Módulo 1 - Glossário de Termos Técnicos). Resolução Normativa Aneel n.º 956, de 7 de dezembro de 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Distribuição e transmissão de energia elétrica
Eixo Temático	Planejamento de redes de distribuição
Tema	Agentes do sistema elétrico
Tópico do Conteúdo	Legislação do setor elétrico brasileiro

09) Por meio do controle das interrupções e da apuração dos indicadores de continuidade de serviço, as distribuidoras, os consumidores, as centrais geradoras e a Aneel, podem avaliar a qualidade do serviço prestado e o desempenho do sistema elétrico. Um destes indicadores utilizados pela Aneel é baseado em um indicador internacional, denominado SAIDI – System Average Interruption Duration Index. O indicador de continuidade Aneel equivalente ao SAIDI é:

- A) DMIC.
- B) FEC.
- C) DICRI.
- D) **DEC.**
- E) FIC.

Justificativa

O indicador de continuidade DEC significa Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, sendo equivalente ao SAIDI.

Referência

LEGISLAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO. PRODIST – Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica (Módulo 8 - Qualidade de Fornecimento de Energia Elétrica). Resolução Normativa Aneel n.º 956, de 7 de dezembro de 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Distribuição e transmissão de energia elétrica
Eixo Temático	Planejamento de redes de distribuição
Tema	Qualidade na distribuição de energia elétrica. Indicadores de continuidade
Tópico do Conteúdo	Qualidade do serviço energia elétrica

10) Com relação ao processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro, ocorrido na década de 1990, analise as afirmações abaixo:

- I. Houve uma desverticalização da indústria de energia elétrica, separando-se os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.
- II. Introduziu-se competição nas atividades de geração e comercialização de energia elétrica.
- III. As atividades de transmissão e distribuição de energia continuaram estatais.
- IV. Um dos objetivos da reestruturação foi garantir a expansão da capacidade instalada do sistema elétrico.

As opções acima que estão **CORRETAS** são:

- A) **I, II e IV.**
- B) II, III e IV.
- C) I, III e IV.
- D) III e IV.
- E) Todas estão corretas.

Justificativa

A maior parte das distribuidoras e transmissoras de energia elétrica no Brasil foram privatizadas. Assim, a única afirmação incorreta é a afirmação III.

Referência

SILVA, Edson Luiz da. **Formação de preços em mercados de energia elétrica**. RS: editora Sagra-Luzzatto. 2001.

Nível	Superior
Disciplina	Estruturação do setor elétrico e mercado de energia elétrica
Eixo Temático	Histórico da reestruturação
Tema	Histórico
Tópico do Conteúdo	Legislação do setor elétrico brasileiro

11) A Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica exerce diversas atribuições importantes dentro do atual modelo do setor elétrico brasileiro. Dentre as afirmações abaixo, assinale qual **NÃO** é uma atribuição da Aneel:

- A) Promover as atividades de outorgas de concessão, permissão e autorização de empreendimentos e serviços de energia elétrica.
- B) Regular as atividades do setor elétrico brasileiro.
- C) Fiscalizar as concessões, permissões e os serviços de energia elétrica.
- D) Estabelecer tarifas.
- E) **Controlar a operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional.**

Justificativa

Controlar a operação do Sistema Interligado Nacional é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). As demais são atribuições da Aneel, constantes em seu estatuto e definidas pela Lei n.º 9.427, de 26 de dezembro de 1996 e pelo Decreto n.º 2.335, de 06 de outubro de 1997.

Referência

LEGISLAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO. Lei n.º 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

Nível	Superior
Disciplina	Estruturação do setor elétrico e mercado de energia elétrica
Eixo Temático	Histórico da reestruturação
Tema	Agentes do sistema elétrico
Tópico do Conteúdo	Legislação do setor elétrico brasileiro

12) Sobre a geração distribuída no Brasil, assinale a afirmação abaixo que **NÃO** está **CORRETA**.

- A) O sistema de compensação de energia elétrica, o qual permite que os consumidores com sistemas de geração distribuída fotovoltaica possam injetar a energia excedente na rede elétrica e obter créditos da concessionária, foi estabelecido inicialmente pela Resolução Normativa Aneel n.º 482, de 2012.
- B) **A energia elétrica gerada de forma distribuída pelos sistemas fotovoltaicos pode ser comercializada livremente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, de acordo com a legislação atual brasileira.**
- C) A Resolução Normativa Aneel n.º 687, de 2015, ampliou as regras estabelecidas pela Resolução Normativa Aneel n.º 482, de 2012, introduzindo novas modalidades de geração distribuída, tais como a geração compartilhada.
- D) A Lei n.º 14.300, de 2022, instituiu o marco legal da microgeração e da minigeração, o sistema de compensação de energia elétrica e o programa de energia renovável social.
- E) Conforme a Lei n.º 14.300, de 2022, a minigeração distribuída é definida como a central geradora que possua potência instalada, em corrente alternada, maior que 75 kW e menor ou igual a 3 MW para as fontes não despacháveis.

Justificativa

De acordo com a legislação atual, a energia gerada de forma distribuída pelos sistemas fotovoltaicos não pode ser comercializada, mas sim o seu excedente pode ser injetado na rede de distribuição, sendo que o consumidor pode receber créditos. Este sistema é chamado de sistema de compensação de energia e foi criado inicialmente pela Resolução Aneel n.º 482/2012, e depois aperfeiçoado pela Lei n.º 14.300/2022. A minigeração distribuída foi definida pela Lei 14.300/2022, sendo classificada de 75 kW até 3 MW para as fontes não despacháveis, como é a geração distribuída fotovoltaica.

Referência

LEGISLAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO. Resoluções Normativas Aneel n.º 482/2012 e n.º 687/2015, e Lei n.º 14.300/2022.

Nível	Superior
-------	----------

Disciplina	Distribuição e transmissão de energia elétrica
Eixo Temático	Planejamento de redes de distribuição
Tema	Qualidade na distribuição de energia elétrica. Indicadores de continuidade
Tópico do Conteúdo	Qualidade do serviço energia elétrica

13) Amanda, Bruna e Camila ganharam um prêmio em dinheiro por formarem a equipe com o melhor rendimento trimestral na empresa em que trabalham. Elas resolveram dividir o prêmio de R\$12.580,00 em partes inversamente proporcionais aos seus salários. O salário de Amanda equivale a 8 salários-mínimos, o de Bruna, a 10 salários-mínimos e o de Camila a 12 salários-mínimos. Quanto coube a Camila receber do prêmio?

- A) R\$ 3.352,00.
- B) R\$ 3.400,00.
- C) R\$ 4.080,00.
- D) R\$ 5.028,00.
- E) R\$ 5.100,00.

Justificativa

Se o valor do prêmio é dividido em partes inversamente proporcionais aos salários, temos:

Amanda + Bruna + Camila = 12.580.

Amanda, Bruna e Camila são inversamente proporcionais aos números 8, 10 e 12, respectivamente.

Assim,

$$\text{Amanda} = \frac{k}{8}, \text{Bruna} = \frac{k}{10}, \text{Camila} = \frac{k}{12}.$$

Substituindo esses valores na equação Amanda + Bruna + Camila = 12.580, obtemos:

$$\frac{k}{8} + \frac{k}{10} + \frac{k}{12} = 12.580$$

$$\left(\frac{1}{8} + \frac{1}{10} + \frac{1}{12}\right)k = 12.580$$

$$\left(\frac{15+12+10}{120}\right)k = 12.580$$

$$\left(\frac{37}{120}\right)k = 12.580$$

$$k = 40.800$$

Então,

$$\text{Camila} = \frac{k}{12} = \frac{40.800}{12} = 3.400$$

Referência

SILVEIRA, Ênio. **Matemática**: compreensão e prática. 3. ed. Moderna, 2015.

Nível	Superior
Disciplina	Matemática
Eixo Temático	Álgebra
Tema	Proporção
Tópico do Conteúdo	Sequências de números inversamente proporcionais

14) Entre 10 moradores de um condomínio, quatro afirmam ter animais domésticos. Três moradores são escolhidos ao acaso. Qual a probabilidade de pelo menos dois terem animais domésticos?

- A) 1/2.
- B) 1/3.

- C) 1/4.
- D) 2/3.
- E) 3/4.

Justificativa

Se três moradores são escolhidos ao acaso entre os 10, então temos um total de possibilidades formado por uma combinação.

$$\binom{10}{3} = 120.$$

O evento *A* que nos interessa é formado por todas as combinações tais que, em cada uma, há 2 ou 3 moradores que afirmam ter animais domésticos.

$$A = \binom{4}{2}\binom{6}{1} + \binom{4}{3} = 40. \text{ Assim,}$$

$$P(A) = \frac{40}{120} = \frac{1}{3}$$

Referência

HAZZAN, Samuel. **Fundamentos de matemática elementar, 5**: combinatória, probabilidade. 8. ed. São Paulo: Atual, 2013.

Nível	Superior
Disciplina	Matemática
Eixo Temático	Estatística e probabilidade
Tema	Probabilidade
Tópico do Conteúdo	Probabilidade de um evento num espaço equiprovável

15) Ao comprar um produto à vista, obtive um desconto de R\$ 125,00, que corresponde a 12% do preço original. O valor pago pelo produto foi de:

- A) R\$ 937,50.
- B) R\$ 967,50.
- C) R\$ 1.041,66.
- D) R\$ 1.040,00.
- E) R\$ 1.166,66.

Justificativa

O valor pago pelo produto corresponde a 90% do valor original, logo:

$$12\% \longrightarrow \text{R}\$125,00$$

$$90\% \longrightarrow (\text{valor pago})$$

$$(\text{valor pago}) = (125 \times 90) / 12$$

$$(\text{valor pago}) = \text{R}\$937,50$$

Referência

SILVEIRA, Ênio. **Matemática**: compreensão e prática. 3. ed. Moderna, 2015.

Nível	Superior
Disciplina	Matemática
Eixo Temático	Álgebra
Tema	Porcentagens
Tópico do Conteúdo	Descontos e acréscimos

16) Uma pesquisa de opinião coletou dados de x indivíduos. Entre os participantes, 32% eram mulheres. Entre os homens, 75% possuíam nível universitário. Qual alternativa representa, em função de x , a quantidade de homens entrevistados que não possuem formação universitária?

- A) $0,83x$
- B) $0,08x$
- C) $0,2176x$
- D) $0,24x$
- E) $0,17x$

Justificativa

De acordo com o enunciado, há $0,32x$ mulheres, logo a porcentagem de homens é $0,68x$. Entre os homens, 75% têm nível universitário, logo 25% não. Assim, o número de homens sem formação universitária é:
 $(0,25)0,68x = 0,17x$.

Referência

IEZZI, Gelson. **Fundamentos de matemática elementar, 11**: matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013.

Nível	Superior
Disciplina	Matemática
Eixo Temático	Álgebra
Tema	Porcentagens
Tópico do Conteúdo	Porcentagens

17) Um fotógrafo profissional precisa organizar suas fotos de acordo com a data em que foram tiradas. Assinale a alternativa **CORRETA**, que apresenta a ferramenta do Windows a qual ele pode utilizar para realizar essa tarefa de forma eficiente.

- A) Prompt de Comando.
- B) Gerenciador de Arquivos.
- C) **Explorador de Arquivos (com visualização em detalhes)**.
- D) Painel de Comando.
- E) Software de Edição de Fotos.

Justificativa

A alternativa C é a correta, pois o Explorador de Arquivos no Windows oferece uma visualização em detalhes que permite visualizar e organizar arquivos por diferentes colunas, incluindo a data de criação. Essa funcionalidade é ideal para organizar fotos por data, pois permite visualizar rapidamente a data em que cada foto foi tirada e agrupá-las de acordo com essa informação.

A alternativa A está incorreta, pois o Prompt de Comando é uma ferramenta baseada em texto, que pode ser utilizada para executar comandos e automatizar tarefas. Embora seja possível organizar arquivos por data usando o Prompt de Comando, o processo seria mais complexo e menos intuitivo do que usar o Explorador de Arquivos.

A alternativa B está incorreta, pois o Gerenciador de Arquivos é um termo genérico que pode se referir a diferentes ferramentas de gerenciamento de arquivos, incluindo o Explorador de Arquivos. A resposta não especifica qual ferramenta específica do Gerenciador de Arquivos seria a mais adequada para a tarefa.

A alternativa D está incorreta, pois o Painel de Controle fornece acesso a diversas configurações do sistema Windows, mas não possui funcionalidades específicas para organizar arquivos.

A alternativa E está incorreta, pois Softwares de edição de fotos geralmente focam na edição e manipulação de imagens, e não em sua organização. Embora alguns softwares possam oferecer recursos de organização por data, o Explorador de Arquivos do Windows já fornece essa funcionalidade de forma integrada.

Referência

CUNHA, R. O. **Windows 10 do Zero**. Editora Ricardo Oliveira, 2022.

RATHBONE, A. **Windows 10 para Leigos**. Alta Books, 2016.

Nível	Superior
Disciplina	Informática
Eixo Temático	Microsoft Word
Tema	Barra de Ferramentas do Word

18) Uma empresa de marketing digital está explorando o uso de inteligência artificial (IA) generativa para melhorar suas campanhas publicitárias. A equipe está discutindo como essa tecnologia pode ser utilizada para criar conteúdo personalizado e interativo para seus clientes, além de otimizar o processo criativo, economizando tempo e recursos. Assinale a alternativa **CORRETA**, que traz a aplicação da IA generativa mais adequada para uma empresa de marketing digital que deseja melhorar suas campanhas publicitárias.

- A) Usar IA generativa para produzir e-mails de marketing altamente personalizados e segmentados.
- B) Utilizar IA generativa para criar estratégias de SEO (Search Engine Optimization) personalizadas.
- C) Implementar IA generativa para gerenciar o atendimento ao cliente via chatbots.
- D) Aplicar IA generativa para automatizar processos de recrutamento e seleção de novos funcionários.
- E) Empregar IA generativa para desenvolver softwares de contabilidade interna.

Justificativa

A alternativa A é a correta, pois a IA generativa pode analisar grandes volumes de dados sobre os comportamentos e preferências dos clientes, criando e-mails de marketing altamente personalizados e segmentados, o que pode aumentar significativamente as taxas de abertura e engajamento. Esta aplicação alinha-se diretamente com o objetivo da empresa de melhorar suas campanhas publicitárias, tornando-as mais eficazes e atraentes para o público-alvo.

A alternativa B está incorreta, pois, embora a IA possa ajudar na análise de dados e na geração de insights para SEO, essa tarefa geralmente requer uma compreensão mais profunda dos algoritmos de busca e tendências, algo que vai além das capacidades típicas da IA generativa focada na criação de conteúdo.

A alternativa C está incorreta, pois, embora os Chatbots baseados em IA sejam úteis para atendimento ao cliente, isso não está diretamente relacionado com a melhoria de campanhas publicitárias. O foco aqui é na interação e suporte ao cliente, não na criação de conteúdo publicitário.

A alternativa D está incorreta, pois, embora a automação de recrutamento e seleção possa ser beneficiada pela IA, isso não contribui diretamente para o objetivo de melhorar campanhas publicitárias, que é a necessidade específica da empresa de marketing digital.

A alternativa E está incorreta, pois a aplicação da IA na contabilidade interna está fora do escopo das campanhas publicitárias e do marketing digital. Esse uso é mais voltado para a eficiência operacional interna da empresa, não para a criação de conteúdo de marketing.

Referência

CARRARO, F. **Inteligência Artificial e Chat GPT**. Casa do Código – Alura, 2023.

LEÃO, L. **Inteligência Artificial Generativa: modo de usar**. Clube dos Autores, 2023. e-book.

MOURA, F. **Futuro da IA Generativa**. Clube dos Autores, 2023.

Nível	Superior
Disciplina	Informática
Eixo Temático	Business Intelligence
Tema	Inteligência Artificial
Tópico do Conteúdo	Inteligência Artificial Generativa

19) Durante um treinamento interno, os funcionários de uma empresa estão aprendendo a usar o Excel para melhorar suas habilidades em análise de dados. O instrutor explica a diferença entre fórmulas e funções e demonstra como usá-las para realizar cálculos e análises de forma eficiente. Assinale a alternativa que descreve **CORRETAMENTE** o uso da função PROCV no Excel.

- A) A função PROCV é usada para concatenar (juntar) texto de várias células em uma única célula.
- B) A função PROCV é usada para calcular a média de um intervalo de células.
- C) A função PROCV é empregada para contar o número de células que contêm números em um intervalo.
- D) A função PROCV é utilizada para procurar um valor em uma coluna e retornar um valor em uma linha correspondente.
- E) A função PROCV é utilizada para aplicar formatação condicional com base em critérios específicos.

Justificativa

A alternativa D é a correta, pois a função VLOOKUP (Vertical Lookup) no Excel é usada para procurar um valor específico em uma coluna (primeira coluna de um intervalo) e retornar um valor na mesma linha de uma coluna especificada. É amplamente utilizada para buscar dados em tabelas organizadas verticalmente.

A alternativa A está incorreta, pois a função usada para concatenar texto de várias células é a função CONCATENATE (ou CONCAT no Excel mais recente), e não a VLOOKUP.

A alternativa B está incorreta, pois a função utilizada para calcular a média de um intervalo de células é a função AVERAGE, não a VLOOKUP. A VLOOKUP é especificamente para buscas de valores.

A alternativa C está incorreta, pois a função COUNT é usada para contar o número de células que contêm números em um intervalo. A VLOOKUP não realiza contagens.

A alternativa E está incorreta, pois a formatação condicional é uma funcionalidade do Excel que permite aplicar formatação a células que atendem a certos critérios, mas não é realizada pela função VLOOKUP. A formatação condicional é configurada através da ferramenta específica no menu "Formatação Condicional".

Referência

GONÇALVES, R. **O Grande Livro do Excel** – intermediário e avançado. Camelot Editora, 2021.

JELLEN, B., SYRSTAD, T., AMORIM, R. **Microsoft Excel 2019: VBA e Macros**. Alta Books, 2021.

SABINO, R. **Excel Básico para o mundo do trabalho**. SENAC São Paulo, 2019.

Nível	Superior
Disciplina	Informática
Eixo Temático	Excel
Tema	Ferramentas do Excel
Tópico do Conteúdo	Fórmulas

20) Uma empresa de tecnologia está realizando um workshop para seus funcionários sobre segurança cibernética, e um dos temas refere-se aos diferentes tipos de ameaças digitais, destacando suas características e impactos no ambiente corporativo. Assinale a alternativa que descreve **CORRETAMENTE** a ameaça que se caracteriza por sequestrar dados, exigindo um resgate financeiro para liberar o acesso a esses dados.

- A) Spyware.
- B) Ransomware.
- C) Vírus.
- D) Malware.
- E) Phishing.

Justificativa

A alternativa B é a correta, pois Ransomware é um tipo de malware que criptografa os dados da vítima e exige um pagamento (resgate) para liberar o acesso a esses dados. Ele é projetado especificamente para extorquir dinheiro das vítimas, tornando seus arquivos inacessíveis até que o resgate seja pago.

A alternativa A está incorreta, pois Spyware é um tipo de software malicioso que se infiltra em um sistema para coletar informações sobre o usuário sem o seu conhecimento. Ele monitora e transmite dados como hábitos de navegação, credenciais de login e outras informações sensíveis, mas não sequestra dados para exigir resgate.

A alternativa C está incorreta, pois Vírus é um tipo de malware que se replica e se espalha para outros arquivos ou programas dentro de um sistema. Ele pode danificar arquivos e sistemas, mas sua principal característica não é exigir um resgate financeiro.

A alternativa D está incorreta, pois o Malware é um termo genérico que engloba qualquer software malicioso, incluindo vírus, spyware, ransomware e outros. Embora ransomware seja uma categoria de malware, o termo "malware", por si só, não especifica o sequestro de dados e a exigência de resgate.

A alternativa E está incorreta, pois Phishing é uma técnica de engenharia social usada para enganar as pessoas para fornecerem informações sensíveis, como senhas e números de cartão de crédito, geralmente através de e-mails falsos ou sites fraudulentos. Não envolve o sequestro de dados e a exigência de resgate.

Referência

MITNICK, K.; SIMON, W.L. **A arte de enganar ataques de hackers**: controlando o fator humano na segurança da informação. Pearson Universidades, 2003.

WEIDMAN, G. **Testes de invasão**: uma introdução prática ao hacking. Novatec Editora, 2014.

WINDT, E., JORGE, H. **Crimes Cibernéticos**: ameaças, procedimentos e investigação. 3. ed. Brasport, 2021.

Nível	Superior
Disciplina	Informática
Eixo Temático	Segurança da Informação
Tema	Conceitos e Definições
Tópico do Conteúdo	Ameaças mais comuns

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro - as finalidades da Estrutura Conceitual são:

1. Auxiliar todas as partes a entender e interpretar os Pronunciamentos.
2. Auxiliar o desenvolvimento das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), para que tenham base em conceitos consistentes.
3. Auxiliar investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, a estimar o valor da entidade que reporta.
4. Auxiliar os responsáveis pela elaboração (preparadores) dos relatórios financeiros a desenvolver políticas contábeis consistentes quando nenhum pronunciamento se aplica a determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil.
5. Auxiliar os usuários a avaliar a liquidez e solvência da entidade que reporta, suas necessidades de financiamento adicional e a sua probabilidade de êxito na obtenção desse financiamento.

Assinale a alternativa que traz as afirmativas **CORRETA** a respeito do CPC 00.

- A) 2, 3, 4.
- B) 1, 2, 3, 4, 5.
- C) 3, 5.
- D) 2, 3, 4, 5.
- E) 1, 2, 4.

Justificativa

Os itens 1, 2 e 4 são os corretos, pois representam a literalidade do item SP1.1 do pronunciamento: “A finalidade desta Estrutura Conceitual é: (a) auxiliar o desenvolvimento das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) para que tenham base em conceitos consistentes; (b) auxiliar os responsáveis pela elaboração (preparadores) dos relatórios financeiros a desenvolver políticas contábeis consistentes quando nenhum pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil; e (c) auxiliar todas as partes a entender e interpretar os Pronunciamentos”. Os itens 3 e 5 estão errados, pois, apesar de serem parte integrante do pronunciamento citado, eles são parte dos itens 1.7 e 1.13 que dispõem sobre os objetivos, utilidades e limitações do relatório financeiro, e recursos econômicos e reivindicações, respectivamente.

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Arioaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade (Pronunciamentos contábeis), pertinentes a quaisquer entidades
Tópico do Conteúdo	Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

22) A companhia Alfa recebeu relatório de auditoria com ressalvas decorrentes das seguintes situações:

1. A entidade decidiu por alterar a política contábil (entre duas políticas válidas) e não reapresentou o balanço anterior, e tampouco fez menção a essa atualização de política em notas explicativas.
2. Publicação das demonstrações contábeis fora do prazo legal.
3. Ao auditar os estoques da companhia utilizando a técnica de recálculo (NBC TA 500), foram checadas as informações (quantidades e custos), e utilizadas as mesmas premissas de fluxo de custo (por exemplo, utilizando o método primeiro a entrar, primeiro a sair), mesmo assim, a auditoria não obteve evidência para validar o valor do estoque final da companhia.

Considerando que o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – estrutura conceitual para relatório financeiro – define características qualitativas das informações financeiras úteis a investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, quais características qualitativas de melhoria a Companhia Alfa deixou de observar em cada uma das ressalvas respectivamente.

- A) **Comparabilidade, Tempestividade e Capacidade de verificação.**
- B) Capacidade de Verificação, Tempestividade e Comparabilidade.
- C) Representação fidedigna, Tempestividade e Comparabilidade.
- D) Representação fidedigna, Representação Fidedigna e Relevância.
- E) Comparabilidade, Tempestividade e Relevância.

Justificativa

O CPC 00 apresenta quatro características qualitativas de melhoria, comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade. No item 1, o enunciado apresenta uma atualização de política contábil sem o devido tratamento, o que dificulta o efeito da **comparabilidade** entre os itens entre dois períodos da mesma entidade, indo contra o tem 2.24 do CPC 00: “Consequentemente, informações sobre a entidade que reporta são mais úteis se puderem ser comparadas a informações similares sobre outras entidades e a **informações similares sobre a mesma entidade referentes a outro período ou a outra data.**” O item 2 apresenta uma situação de descumprimento de prazo legal, descumprindo assim o item 2.33 do CPC 00: “**Tempestividade** significa disponibilizar informações aos tomadores de decisões a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões.” Por fim, o item 3 apresenta uma situação de **não confirmação de dados por verificação indireta**, utilizando exemplo do próprio item 2.31 do CPC 00: “Um exemplo é verificar o valor contábil do estoque, checando as informações (quantidades e custos) e recalculando o estoque final, utilizando a mesma premissa de fluxo de custo (por exemplo, utilizando o método primeiro a entrar, primeiro a sair).”

A alternativa B apresenta inversão entre capacidade de verificação e comparabilidade.

A alternativa C apresenta o primeiro item como representação fidedigna e, apesar de estar correta, a representação fidedigna é uma característica qualitativa fundamental, e o comando do enunciado pede característica qualitativa de melhoria.

A alternativa D apresenta apenas características qualitativas fundamentais e não de melhoria.

Por fim, a alternativa E apresenta Relevância, uma característica qualitativa fundamental e não de melhoria.

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Arioaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

23) De acordo com o Pronunciamento técnico CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro – quem são os destinatários do relatório financeiro para fins gerais?

- A) Diretoria executiva, conselho de administração e credores.
- B) Investidores.
- C) **Investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais.**
- D) Investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, e o fisco.
- E) Debenturistas e acionistas.

Justificativa

O CPC 00, em seu item 1.2, dispõe que “O objetivo do relatório financeiro para fins gerais¹ é fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade” logo, a questão pede a literalidade do pronunciamento.

A alternativa A apresenta usuários internos a entidade (diretoria e conselho) que não são destinatários originais do relatório para fins gerais.

A alternativa B apresenta apenas uma classe dos destinatários.

A alternativa D acrescenta o fisco ao rol de destinatários, o que não consta do CPC 00.

Por fim, a alternativa E apresenta uma classe de credores por empréstimos (debenturistas) e uma classe de investimentos (acionistas), logo, não engloba a totalidade dos investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais presentes no pronunciamento.

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade (Pronunciamentos contábeis), pertinentes a quaisquer entidades
Tópico do Conteúdo	Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

24) A companhia Delta fechou contrato de arrendamento mercantil de um parque fabril, sob o prazo de 10 anos, no valor de R\$ 100.000,00, e uma taxa de juros implícita no contrato de 10% ao ano. Contudo, o contrato de arrendamento previa o cumprimento de uma série de condições por parte do arrendatário, sob pena de redução do direito de uso do ativo subjacente. Passados dois anos, o arrendador identifica que parte das condições não foram cumpridas e executa a pena contratual sobre o arrendatário, reduzindo o prazo contratual em dois anos. Essa penalidade irá gerar, na contabilidade do arrendatário, uma situação de:

- A) Reconhecimento.
- B) Taxa incremental.
- C) **Desreconhecimento.**
- D) Depreciação acelerada.
- E) Agregação.

Justificativa

O CPC 00, em seu item 5.26, dispõe que “Desreconhecimento é a retirada de parte ou da totalidade de ativo, ou passivo reconhecido do balanço patrimonial da entidade. O desreconhecimento normalmente ocorre quando esse item não atende mais à definição de ativo ou passivo: (a) para o ativo, o desreconhecimento normalmente ocorre quando a entidade **perde o controle** da totalidade **ou de parte do ativo reconhecido**”. Nesse caso, em decorrência de condições contratuais não cumpridas, o ativo terá seu valor reduzido, logo sendo desreconhecido.

O item A apresenta a opção de reconhecimento, o que é o exato oposto do que de fato ocorreu.

O item B apresenta a opção de taxa incremental que, pelo disposto no CPC 06 – Arrendamentos – é “[...] a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante”, logo, sem relação com o que foi pedido na questão.

O item D apresenta o conceito de depreciação acelerada, que é um benefício fiscal.

Por fim, o item E traz a opção de agregação que, conforme item 7.20 do CPC 00 é a “[...] a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante”.

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade (Pronunciamentos contábeis), pertinentes a quaisquer entidades
Tópico do Conteúdo	Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00) e Arrendamentos (CPC 06)

25) A companhia Gama obteve informações internas de que o valor de um ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal, logo, e de acordo com o CPC 02, procede a mensuração do seu valor recuperável. O ativo em questão foi adquirido e posto em funcionamento há 16 anos, seu custo de aquisição foi no valor de R\$ 100.000,00. Por ser importado, a empresa

adquirente ainda arcou com tributos sobre importação (não recuperáveis) no valor de R\$ 10.000,00 e, além disso, a empresa investiu R\$ 25.000,00 para colocar o ativo no local e condição necessários para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração. Por fim, a entidade ganhou um desconto de R\$ 5.000,00 pela antecipação do pagamento de R\$ 100.000,00. A taxa de depreciação do ativo é de 5% ao ano, sem valor residual. O valor justo do ativo é de R\$ 30.000,00 e as despesas para venda desse ativo correspondem a 2,50% do valor contábil atual do ativo, já o valor em uso do ativo é calculado pela geração de fluxo de caixa anual do ativo, no valor de R\$ 8.000,00, descontado a uma taxa anual de 1%. Após a verificação do valor recuperável do ativo, qual o valor líquido (reduzido de depreciação e perda por desvalorização) do referido ativo a ser apresentado no balanço patrimonial da Companhia Gama?

- A) R\$ 22.000,00.
- B) R\$ 29.325,00.
- C) R\$ 31.215,72.
- D) R\$ 20.000,00.
- E) R\$ 27.000,00.

Justificativa

O primeiro passo da questão é definir o valor contábil do ativo na data em que ele foi posto em funcionamento na entidade. O item 16 do CPC 27 determina que o preço de aquisição, acrescido de imposto de importação não recuperável é parte integrante do ativo, assim como os custos para colocar o ativo em funcionamento, logo o valor de contabilização do ativo é de R\$ 135.000,00 (os descontos financeiros não impactam no valor de contabilização do ativo imobilizado). A questão informa que o ativo está em funcionamento há 16 anos a uma taxa de depreciação anual de 5%, logo, sua depreciação anual é de R\$ 6.750,00 e a depreciação acumulada de R\$ 108.000,00. Com isso, o valor líquido do ativo na data da análise é de R\$ 27.000,00. A questão informa que o valor justo do ativo é de R\$ 30.000,00 e as despesas para venda do mesmo de R\$ 675,00 ($R\$ 27.000,00 \times 2,5\% = R\$ 675,00$) e, sendo assim, seu valor justo líquido é de R\$ 29.325,00. O item 19 do CPC 06 dispõe que: “Nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e seu valor em uso. Se qualquer um desses montantes exceder o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor”. Com isso, sequer é necessário calcular o valor em uso do bem, e pode-se concluir que não existe perda por desvalorização e o valor contábil a ser representado é o atual, sem qualquer necessidade de ajuste.

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Arioaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - **CPC (2024)**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade (Pronunciamentos contábeis), pertinentes a quaisquer entidades
Tópico do Conteúdo	CPC 01 – Valor Recuperável de Ativos e CPC 27 – Ativo imobilizado

26) O CPC 06 - Redução ao valor recuperável de ativo – dispõe de exemplos de fontes de informações internas e externas como indicativos de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Assim, **NÃO** são fontes de informações externas citadas no CPC 06:

- A) Há indicações observáveis de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal.
- B) As taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo, e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo.
- C) O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado.
- D) **Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo ou ocioso, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de ativo como finita ao invés de indefinida.**

- E) Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera, ou no mercado para o qual o ativo é utilizado.

Justificativa

O item 12 do CPC 06 dispõe quais as fontes internas e externas de indicação de desvalorização do ativo. O item D é uma fonte interna de informação conforme disposto na alínea f do item 12.

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Arioaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade (Pronunciamentos contábeis), pertinentes a quaisquer entidades
Tópico do Conteúdo	CPC 01 – Valor Recuperável de Ativos e CPC 27 – Ativo imobilizado

27) De acordo com o CPC 06 - Redução ao valor recuperável de ativo – classifique como VERDADEIRO ou FALSO as sentenças abaixo:

- () É possível mensurar o valor justo líquido de despesas de alienação, mesmo que não haja preço cotado em mercado ativo para ativo idêntico.
- () Mesmo com razões para acreditar que o valor em uso de um ativo exceda materialmente seu valor justo líquido de despesas de venda, o valor justo líquido de despesas de venda do ativo não pode ser considerado como seu valor recuperável.
- () Em alguns casos, estimativas, médias e cálculos sintéticos podem oferecer uma aproximação razoável dos cálculos detalhados demonstrados neste Pronunciamento, para determinar o valor justo líquido de despesas de venda ou o valor em uso.
- () Nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e seu valor em uso. Se qualquer um desses montantes exceder o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- A) F, F, V e F.
B) V, F, V e V.
C) F, F, V e F.
D) V, V, V e F.
E) F, V, F e F.

Justificativa

1. Item 20 do CPC 06: “É possível mensurar o valor justo líquido de despesas de alienação, mesmo que não haja preço cotado em mercado ativo para ativo idêntico. Entretanto, algumas vezes não é possível mensurar o valor justo líquido de despesas de alienação porque não há base para se fazer estimativa confiável do preço pelo qual uma transação ordenada para a venda do ativo ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração sob condições atuais de mercado. Nesse caso, o valor em uso pode ser utilizado como seu valor recuperável”.

2. Item 21 do CPC 06: “Se não há razão para acreditar que o valor em uso de um ativo exceda materialmente seu valor justo líquido de despesas de venda, o valor justo líquido de despesas de venda do ativo pode ser considerado como seu valor recuperável”.

3. Item 23 do CPC 06: “Em alguns casos, estimativas, médias e cálculos sintéticos podem oferecer uma aproximação razoável dos cálculos detalhados demonstrados neste Pronunciamento para determinar o valor justo líquido de despesas de venda ou o valor em uso”.

4. Item 19 do CPC 06: “Nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e seu valor em uso. Se qualquer um desses montantes exceder o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor”.

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade (Pronunciamentos contábeis), pertinentes a quaisquer entidades
Tópico do Conteúdo	CPC 01 – Valor Recuperável de Ativos

28) Assinale a afirmativa que **NÃO** dispõe sobre características da demonstração dos fluxos de caixa.

- A) **Classificação em disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.**
- B) Classificação em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.
- C) Informações úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos.
- D) Demonstração que, quando usada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, proporciona informações que permitem que os usuários avaliem as mudanças nos ativos líquidos da entidade, sua estrutura financeira (inclusive sua liquidez e solvência) e sua capacidade para mudar os montantes e a época de ocorrência dos fluxos de caixa, a fim de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e oportunidades.
- E) Transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa devem ser excluídas da demonstração. Tais transações devem ser divulgadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis, de modo que forneçam todas as informações relevantes sobre essas atividades de investimento e de financiamento.

Justificativa

Item errado se refere ao inciso I do art. 179 da Lei n.º 6.404/76, que dispõe sobre a classificação das contas do ativo circulante no balanço patrimonial.

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Elaborar e interpretar as demonstrações financeiras
Tópico do Conteúdo	CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

29) Avalie as afirmativas a seguir e assinale a alternativa que traz a ordem **CORRETA** das definições constantes do CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa:

1. Aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário ou depósitos bancários livres e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
2. São as atividades referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa.
3. São as entradas e saídas de caixa, e equivalentes de caixa.
4. Compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.
5. São as principais atividades geradoras de receita da entidade.

6. São atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade.
- A) Equivalentes de Caixa, Atividades de Financiamento, Fluxo de Caixa, Caixa, Atividades Operacionais e Atividades de Investimento.
 - B) Caixa, Atividades de Investimento, Fluxo de Caixa, Equivalentes de Caixa, Atividades Operacionais e Atividades de Financiamento.
 - C) Atividades de Financiamento, Atividades de Investimento, Fluxo de Caixa, Caixa, Atividades Operacionais e Equivalentes de Caixa.
 - D) **Equivalentes de Caixa, Atividades de Investimento, Fluxo de Caixa, Caixa, Atividades Operacionais e Atividades de Financiamento.**
 - E) Equivalentes de Caixa, Atividades de Investimento, Caixa, Fluxo de Caixa, Atividades Operacionais e Atividades de Financiamento.

Justificativa

Dispõe o seguinte o item 6 do CPC 03: “Os seguintes termos são usados neste Pronunciamento Técnico, com os significados abaixo especificados: **Caixa** compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. **Equivalentes de caixa** são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **Fluxos de caixa** são as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa. **Atividades operacionais** são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento. **Atividades de investimento** são referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa. **Atividades de financiamento** são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade.”

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Elaborar e interpretar as demonstrações financeiras
Tópico do Conteúdo	CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

30) Assinale a alternativa **CORRETA** que traz exemplos de atividades operacionais nos termos do item 14 do CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa.

- A) **Pagamentos em caixa para a produção ou a aquisição de ativos mantidos para aluguel a terceiros que em sequência serão vendidos / recebimentos e pagamentos de caixa de contratos mantidos para negociação imediata ou disponíveis para venda futura / recebimentos de caixa decorrentes de royalties, honorários, comissões e outras receitas.**
- B) Recebimentos de caixa pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços / pagamentos de caixa a fornecedores de mercadorias e serviços / pagamentos em caixa por contratos futuros, a termo, de opção e swap, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou futura, ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento.
- C) Caixa recebido pela emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais / pagamentos em caixa a investidores para adquirir ou resgatar ações da entidade / pagamentos de caixa a empregados ou por conta de empregado.
- D) Recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações societárias em joint ventures (exceto aqueles recebimentos referentes aos títulos considerados como equivalentes de caixa e aqueles mantidos para negociação imediata ou futura) / recebimentos e pagamentos de caixa de contratos mantidos para negociação imediata ou disponíveis para venda futura / recebimentos de caixa decorrentes de royalties, honorários, comissões e outras receitas.
- E) Pagamentos em caixa pelo arrendatário para redução do passivo relativo a arrendamento / recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações societárias em joint ventures (exceto aqueles recebimentos referentes aos títulos considerados

como equivalentes de caixa e aqueles mantidos para negociação imediata ou futura) / pagamentos de caixa a fornecedores de mercadorias e serviços.

Justificativa

Letra B: “[...] pagamentos em caixa por contratos futuros, a termo, de opção e swap, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou futura, ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento”. – Atividade de Investimento (alínea g, item 16 do CPC 03)

Letra C: “Caixa recebido pela emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais” – Atividade de Financiamento (alínea c, item 17 do CPC 03) e “pagamentos em caixa a investidores para adquirir ou resgatar ações da entidade” – Atividades de Financiamento (alínea b, item 17 do CPC 03).

Letra D: “Recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações societárias em joint ventures (exceto aqueles recebimentos referentes aos títulos considerados como equivalentes de caixa e aqueles mantidos para negociação imediata ou futura)” – Atividade de Investimento (alínea d, item 16 do CPC 03).

Letra E: “Pagamentos em caixa pelo arrendatário para redução do passivo relativo a arrendamento” – Atividade de Financiamento (alínea e, item 17 do CPC 03) e “[...] recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações societárias em joint ventures (exceto aqueles recebimentos referentes aos títulos considerados como equivalentes de caixa e aqueles mantidos para negociação imediata ou futura)” – Atividade de Investimento (alínea d, item 16 do CPC 03).

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Elaborar e interpretar as demonstrações financeiras
Tópico do Conteúdo	CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

31) As demonstrações contábeis da Companhia Nasac apresentam as seguintes configurações nos exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2023:

Balanco Patrimonial (em reais)

ATIVO	31/12/2022	31/12/2023	PASSIVO	31/12/2022	31/12/2023
Ativo Circulante	400.000,00	478.000,00	Passivo Circulante	160.000,00	265.625,00
Caixa e Equivalentes	50.000,00	288.000,00	Fornecedores	100.000,00	150.000,00
Clientes	200.000,00	110.000,00	Tributos a Pagar	50.000,00	37.500,00
Estoques	150.000,00	80.000,00	Empréstimos	0,00	50.000,00
			Dividendos a Pagar	10.000,00	28.125,00
Ativo Não Circulante	100.000,00	222.000,00	Passivo Não Circulante	200.000,00	150.000,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	17.000,00			
Investimentos	0,00	17.000,00	Empréstimos	200.000,00	150.000,00
Imobilizado	100.000,00	205.000,00	Patrimônio Líquido	140.000,00	284.375,00
Terrenos	100.000,00	160.000,00	Capital Social	100.000,00	160.000,00
Máquinas	0,00	50.000,00	Reserva de Lucros	40.000,00	124.375,00

Depreciação	0,00	-5.000,00			
Total do Ativo	500.000,00	700.000,00	Total do Passivo	500.000,00	700.000,00

Demonstração de Resultado (em reais)

	31/12/2022	31/12/2023
Receita Líquida de Vendas	200.000,00	300.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	100.000,00	120.000,00
Lucro Bruto	100.000,00	180.000,00
Despesas Operacionais	20.000,00	25.000,00
Salários	10.000,00	10.000,00
Aluguéis	5.000,00	10.000,00
Depreciação	5.000,00	5.000,00
Outras Receitas Operacionais	0,00	2.000,00
Resultado Equivalência Patrimonial de Investimentos	0,00	2.000,00
Lucro Antes do Resultado Financeiro	80.000,00	157.000,00
Despesa financeira	10.000,00	7.000,00
Lucro antes do IR e CSLL	70.000,00	150.000,00
IR e CSLL	20.000,00	37.500,00
Lucro Líquido	50.000,00	112.500,00

Informações adicionais:

- 1) As máquinas foram adquiridas à vista.
- 2) Aumento de capital social com aquisição de um terreno.
- 3) Os investimentos adquiridos foram à vista.
- 4) A Companhia Nasac classifica os dividendos pagos como o CPC 03 encoraja, já os juros pagos são classificados de maneira alternativa.

Com base nas informações apresentadas, o Fluxo de Caixa das atividades operacionais da Companhia Nasac, calculado seguindo as orientações do CPC 03, no exercício de 2023 foi de:

- A) R\$ 320.000,00.
- B) R\$ 310.000,00.
- C) R\$ 313.000,00.
- D) – R\$ 65.000,00.
- E) – R\$ 17.000,00.

Justificativa

Demonstração do Fluxo de Caixa gerado com base nas informações geradas:

Lucro Líquido	112.500,00
Depreciação	5.000,00
Resultado Equivalência	-2.000,00
Despesa Financeira	7.000,00
Lucro Líquido Ajustado	122.500,00
Redução de Clientes	90.000,00
Diminuição de Estoques	70.000,00
Aumento de Fornecedores	50.000,00
Diminuição de Tributos	-12.500,00
Resultado Operacional	320.000,00

Aquisição de Máquinas	-50.000,00
Aquisição de Investimentos	-15.000,00
Resultado de Investimentos	-65.000,00
Despesa Financeira	-7.000,00
Dividendos	-10.000,00
Resultado Financeiro	-17.000,00
Variação Caixa	238.000,00

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Elaborar e interpretar as demonstrações financeiras
Tópico do Conteúdo	CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

32) As demonstrações contábeis da Companhia Nasac apresentam as seguintes configurações nos exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2023:

Balanco Patrimonial (em reais)

ATIVO	31/12/2022	31/12/2023	PASSIVO	31/12/2022	31/12/2023
Ativo Circulante	400.000,00	478.000,00	Passivo Circulante	160.000,00	265.625,00
Caixa e Equivalentes	50.000,00	288.000,00	Fornecedores	100.000,00	150.000,00
Clientes	200.000,00	110.000,00	Tributos a Pagar	50.000,00	37.500,00
Estoques	150.000,00	80.000,00	Empréstimos	0,00	50.000,00
			Dividendos a Pagar	10.000,00	28.125,00
Ativo Não Circulante	100.000,00	222.000,00	Passivo Não Circulante	200.000,00	150.000,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	17.000,00			
Investimentos	0,00	17.000,00	Empréstimos	200.000,00	150.000,00
Imobilizado	100.000,00	205.000,00	Patrimônio Líquido	140.000,00	284.375,00
Terrenos	100.000,00	160.000,00	Capital Social	100.000,00	160.000,00
Máquinas	0,00	50.000,00	Reserva de Lucros	40.000,00	124.375,00
Depreciação	0,00	-5.000,00			
Total do Ativo	500.000,00	700.000,00	Total do Passivo	500.000,00	700.000,00

Demonstração de Resultado (em reais)

	31/12/2022	31/12/2023
Receita Líquida de Vendas	200.000,00	300.000,00

Custo das Mercadorias Vendidas	100.000,00	120.000,00
Lucro Bruto	100.000,00	180.000,00
Despesas Operacionais	20.000,00	25.000,00
Salários	10.000,00	10.000,00
Aluguéis	5.000,00	10.000,00
Depreciação	5.000,00	5.000,00
Outras Receitas Operacionais	0,00	2.000,00
Resultado Equivalência Patrimonial de Investimentos	0,00	2.000,00
Lucro Antes do Resultado Financeiro	80.000,00	157.000,00
Despesa financeira	10.000,00	7.000,00
Lucro antes do IR e CSLL	70.000,00	150.000,00
IR e CSLL	20.000,00	37.500,00
Lucro Líquido	50.000,00	112.500,00

Informações adicionais:

- 1) As máquinas foram adquiridas à vista.
- 2) Aumento de capital social com aquisição de um terreno.
- 3) Os investimentos adquiridos foram à vista.
- 4) A Companhia Nasac classifica os dividendos pagos como o CPC 03 encoraja, já os juros pagos são classificados de maneira alternativa.

Com base nas informações apresentadas, o Fluxo de Caixa das atividades de financiamento da Companhia Nasac, calculado seguindo as orientações do CPC 03, no exercício de 2023 foi de:

- A) – R\$ 10.000,00.
- B) R\$ 320.000,00.
- C) – R\$ 65.000,00.
- D) – R\$ 7.000,00.
- E) – R\$ 17.000,00.

Justificativa: Demonstração do Fluxo de Caixa gerado com base nas informações geradas:

Lucro Líquido	112.500,00
Depreciação	5.000,00
Resultado Equivalência	-2.000,00
Despesa Financeira	7.000,00
Lucro Líquido Ajustado	122.500,00
Redução de Clientes	90.000,00
Diminuição de Estoques	70.000,00
Aumento de Fornecedores	50.000,00
Diminuição de Tributos	-12.500,00
Resultado Operacional	320.000,00
Aquisição de Máquinas	-50.000,00
Aquisição de Investimentos	-15.000,00
Resultado de Investimentos	-65.000,00
Despesa Financeira	-7.000,00
Dividendos	-10.000,00
Resultado de Financiamentos	-17.000,00
Varição Caixa	238.000,00

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Arioaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Elaborar e interpretar as demonstrações financeiras
Tópico do Conteúdo	CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

- 33) As demonstrações contábeis da Companhia Nasac apresentam as seguintes configurações nos exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2023:

Balço Patrimonial (em reais)

ATIVO	31/12/2022	31/12/2023	PASSIVO	31/12/2022	31/12/2023
Ativo Circulante	400.000,00	478.000,00	Passivo Circulante	160.000,00	265.625,00
Caixa e Equivalentes	50.000,00	288.000,00	Fornecedores	100.000,00	150.000,00
Clientes	200.000,00	110.000,00	Tributos a Pagar	50.000,00	37.500,00
Estoques	150.000,00	80.000,00	Empréstimos	0,00	50.000,00
			Dividendos a Pagar	10.000,00	28.125,00
Ativo Não Circulante	100.000,00	222.000,00	Passivo Não Circulante	200.000,00	150.000,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	17.000,00			
Investimentos	0,00	17.000,00	Empréstimos	200.000,00	150.000,00
Imobilizado	100.000,00	205.000,00	Patrimônio Líquido	140.000,00	284.375,00
Terrenos	100.000,00	160.000,00	Capital Social	100.000,00	160.000,00
Máquinas	0,00	50.000,00	Reserva de Lucros	40.000,00	124.375,00
Depreciação	0,00	-5.000,00			
Total do Ativo	500.000,00	700.000,00	Total do Passivo	500.000,00	700.000,00

Demonstração de Resultado (em reais)

	31/12/2022	31/12/2023
Receita Líquida de Vendas	200.000,00	300.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	100.000,00	120.000,00
Lucro Bruto	100.000,00	180.000,00
Despesas Operacionais	20.000,00	25.000,00
Salários	10.000,00	10.000,00
Aluguéis	5.000,00	10.000,00
Depreciação	5.000,00	5.000,00

Outras Receitas Operacionais	0,00	2.000,00
Resultado Equivalência Patrimonial de Investimentos	0,00	2.000,00
Lucro Antes do Resultado Financeiro	80.000,00	157.000,00
Despesa financeira	10.000,00	7.000,00
Lucro antes do IR e CSLL	70.000,00	150.000,00
IR e CSLL	20.000,00	37.500,00
Lucro Líquido	50.000,00	112.500,00

Informações adicionais:

- 1) As máquinas foram adquiridas à vista.
- 2) Aumento de capital Social com aquisição de um terreno.
- 3) Os investimentos adquiridos foram à vista.
- 4) A Cia Nasac classifica os dividendos pagos como o CPC 03 encoraja já os juros pagos são classificados de maneira alternativa.

Com base nas informações apresentadas, o Fluxo de Caixa das atividades de investimento da Companhia Nasac, calculado seguindo as orientações do CPC 03, no exercício de 2023, foi de:

- A) - R\$ 50.000,00.
- B) - R\$ 17.000,00.
- C) - R\$ 320.000,00.
- D) - R\$ 65.000,00.
- E) - R\$ 15.000,00.

Justificativa

Demonstração do Fluxo de Caixa gerado com base nas informações geradas:

Lucro Líquido	112.500,00
Depreciação	5.000,00
Resultado Equivalência	-2.000,00
Despesa Financeira	7.000,00
Lucro Líquido Ajustado	122.500,00
Redução de Clientes	90.000,00
Diminuição de Estoques	70.000,00
Aumento de Fornecedores	50.000,00
Diminuição de Tributos	-12.500,00
Resultado Operacional	320.000,00
Aquisição de Máquinas	-50.000,00
Aquisição de Investimentos	-15.000,00
Resultado de Investimentos	-65.000,00
Despesa Financeira	-7.000,00
Dividendos	-10.000,00
Resultado de Financiamentos	-17.000,00
Variação Caixa	238.000,00

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022. ISBN: SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022. Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Elaborar e interpretar as demonstrações financeiras
Tópico do Conteúdo	CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

34) Nos termos do CPC 16 – Estoques, aponte o item que **NÃO** faz parte do rol de exemplos de itens não incluídos no custo dos estoques e reconhecidos como despesa do período em que são incorridos:

- A) **Ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços.**
- B) Valor anormal de desperdício de materiais, mão-de-obra ou outros insumos de produção.
- C) Gastos com armazenamento, a menos que sejam necessários ao processo produtivo entre uma e outra fase de produção.
- D) Despesas administrativas que não contribuem para trazer o estoque ao seu local e condição atuais
- E) despesas de comercialização, incluindo a venda e a entrega dos bens e serviços aos clientes.

Justificativa

O item 16 do CPC 16 – Estoques – dispõe de exemplos de itens não incluídos no custo dos estoques e reconhecidos como despesa do período em que são incorridos, e traz exatamente os textos das alternativas, B, C, D e E. A alternativa A, tida como errada, apresenta na verdade um significado de estoque, conforme disposto no item 6 – Definições – do CPC 16: “Os seguintes termos são usados neste Pronunciamento, com os significados especificados: Estoques são ativos: (a) mantidos para venda no curso normal dos negócios; (b) em processo de produção para venda; ou (c) na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método; 1ª edição, 2022. ISBN: 978-85-309-8136-5

SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas; 1ª edição, 2022. ISBN: 978-65-5977-275-9

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - **CPC (2024)**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade (Pronunciamentos contábeis), pertinentes a quaisquer entidades
Tópico do Conteúdo	CPC 26 – Estoques

35) De acordo com o CPC 06 - Redução ao valor recuperável de ativo – classifique em VERDADEIRO ou FALSO as sentenças abaixo:

- () Transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser excluídas da demonstração dos fluxos de caixa. Tais transações devem ser divulgadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis, de modo que forneçam todas as informações relevantes sobre essas atividades de investimento e de financiamento.
- () Muitas atividades de investimento e de financiamento não têm impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afetem a estrutura de capital e de ativos da entidade.
- () A aquisição de ativos, quer seja pela assunção direta do passivo respectivo, quer seja por meio de arrendamento, é um exemplo de transação que não envolve caixa ou equivalente de caixa.
- () A conversão de dívida em instrumentos patrimoniais é uma operação que afeta o caixa da entidade.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- A) F, V, F, F.

- B) V, V, V, V.
- C) V, V, F, V.
- D) V, F, F, F.
- E) F, V, V, F.

Justificativa

1. Item 43 do CPC 03: “Transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa **devem ser** excluídas da demonstração dos fluxos de caixa. Tais transações devem ser divulgadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis, de modo que forneçam todas as informações relevantes sobre essas atividades de investimento e de financiamento.” A sentença afirmou que **NÃO DEVEM** ser excluídas da demonstração o fluxo de caixa.
2. Item 21 do CPC 06: “Se não há razão para acreditar que o valor em uso de um ativo exceda materialmente seu valor justo líquido de despesas de venda, o valor justo líquido de despesas de venda do ativo pode ser considerado como seu valor recuperável”.
3. Item 44 do CPC 03: “Muitas atividades de investimento e de financiamento não têm impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afetem a estrutura de capital e de ativos da entidade”.
4. Item 44 do CPC 03, alínea b: “Exemplos de transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa são: (c) a conversão de dívida em instrumentos patrimoniais”. A sentença informou que a referida conversão é uma operação que afeta o caixa da entidade.

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Elaborar e interpretar as demonstrações financeiras
Tópico do Conteúdo	CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

36) A Companhia Gama apresenta os seguintes indicadores:

Liquidez Corrente	2,5
Ativo Não Circulante	100.000,00
Endividamento Geral	0,72
Retorno sobre Ativo Total	0,10
Passivo Total (PC + PNC)	360.000,00
Lucro	50.000,00

De posse dessas informações, assinale a alternativa **CORRETA** que represente, respectivamente, o Ativo Total, o Ativo Circulante, o Passivo Circulante e o Passivo Não Circulante.

- A) R\$ 500.000,00, R\$ 400.000,00, R\$ 0,00 e R\$ 500.000,00.
- B) **R\$ 500.000,00, R\$ 400.000,00, R\$ 160.000,00 e R\$ 200.000,00.**
- C) R\$ 500.000,00, R\$ 400.000,00, R\$ 500.000,00 e R\$ 200.000,00.
- D) R\$ 460.000,00, R\$ 360.000,00, R\$ 144.000,00 e R\$ 150.000,00.
- E) R\$ 400.000,00, R\$ 500.000,00, R\$ 160.000,00 e R\$ 200.000,00.

Justificativa

Tendo o Lucro do período e o retorno sobre o ativo total é possível calcular o Ativo Total: $\text{Retorno S/Ativo} = \text{Lucro/Ativo Total}$; $50.000,00/0,1 = \mathbf{500.000,00}$ (Ativo Total).

Com o Ativo Total e o Ativo Não Circulante é possível calcular o Ativo Circulante: $AC = AT - ANC$; $AC = 500.000,00 - 100.000,00$, logo $AC = \mathbf{400.000,00}$

Para o cálculo do Passivo Circulante se utilizada a fórmula da liquidez correte: $LC = AC/PC$; $2,5 = 400.000,00 / PC$, $PC = \mathbf{160.000,00}$

Para o cálculo do PNC utiliza-se o Passivo Total subtraído do PC: $360.000,00 = 160.000,00 - PNC$; $PNC = \mathbf{200.000,00}$

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Participar da formulação do planejamento estratégico e apoiar a gestão no processo de tomada de decisão.
Tema	d) analisar a posição financeira atual e futura de uma entidade, usando as técnicas de análise de índices, análise de tendências, análise de fluxo de caixa, entre outras;
Tópico do Conteúdo	Análise e interpretação das Demonstrações Contábeis: análise horizontal e vertical, análise por meio de índices: liquidez, solvência, quocientes de estrutura, rentabilidade e lucratividade.

37) Análise os indicadores apresentados abaixo.

Índices	Cia Alfa	Cia Beta
Retorno sobre PL	0,36	0,29
Retorno sobre Ativo Total	0,10	0,14
Liquidez Imediata	0,31	1,08
Liquidez Seca	1,56	1,50
Liquidez Corrente	2,50	1,80
Margem Líquida	0,25	0,38

Assinale a opção **CORRETA**.

- A) Pode-se afirmar que a Cia Alfa possui um patrimônio líquido superior ao da Cia Beta.
- B) A liquidez imediata da Cia Beta aponta menos dependência de realização de estoques e clientes do que a Cia Alfa.
- C) Pode-se afirmar que o lucro da Cia Beta foi superior ao da Cia Alfa.
- D) Pode-se afirmar que o ativo da Cia Alfa é inferior ao ativo da Cia Beta.
- E) A liquidez imediata da Cia Alfa aponta menos dependência de realização de estoques e clientes do que a Cia Beta.

Justificativa

B) A liquidez imediata é calculada pelas disponibilidades sobre o passivo circulante, logo, ao apresentar índice superior a 1,00, a Cia Beta demonstra que possui mais disponibilidades do que dívidas de curto prazo.

A) O fato do índice de retorno sobre o PL da Cia Beta ser superior ao da Cia Alta não possibilita essa afirmação, uma vez que se trata de um índice relativo e não absoluto.

C) O fato de a margem líquida da Cia Beta ser superior à da Cia Alta não possibilita essa afirmação, uma vez que se trata de um índice relativo e não absoluto.

D) O fato de o retorno sobre o ativo da Cia Alfa ser inferior ao da Cia Beta não possibilita essa afirmação, uma vez que se trata de um índice relativo e não absoluto.

E) A liquidez imediata é calculada pelas disponibilidades sobre o passivo circulante, logo, ao apresentar índice inferior a 1,00, a Cia Alta demonstra que possui dependência da realização de estoques e clientes para liquidar as dívidas de curto prazo.

Referência

ANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
-------	----------

Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Participar da formulação do planejamento estratégico e apoiar a gestão no processo de tomada de decisão.
Tema	d) analisar a posição financeira atual e futura de uma entidade, usando as técnicas de análise de índices, análise de tendências, análise de fluxo de caixa, entre outras;
Tópico do Conteúdo	Análise e interpretação das Demonstrações Contábeis: análise horizontal e vertical, análise por meio de índices: liquidez, solvência, quocientes de estrutura, rentabilidade e lucratividade.

38) Com base na demonstração abaixo, assinale a opção **CORRETA**, que apresenta, respectivamente, liquidez corrente, liquidez seca, liquidez imediata e liquidez geral.

Balanco Patrimonial (em reais)

ATIVO	Cia Gama	PASSIVO	Cia Gama
Ativo Circulante	530.000,00	Passivo Circulante	160.000,00
Caixa e Equivalentes	80.000,00	Fornecedores	100.000,00
Clientes	200.000,00	Tributos a Pagar	50.000,00
Estoques	250.000,00	Empréstimos	0,00
		Dividendos a Pagar	10.000,00
Ativo Não Circulante	100.000,00	Passivo Não Circulante	200.000,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00		
Investimentos	0,00	Empréstimos	200.000,00
Imobilizado	100.000,00	Patrimônio Líquido	270.000,00
Terrenos	100.000,00	Capital Social	200.000,00
Máquinas	0,00	Reserva de Lucros	70.000,00
Depreciação	0,00		
Total do Ativo	630.000,00	Total do Passivo	630.000,00

- A) 3,31; 1,75; 1,47 e 0,50.
 B) 1,75; 1,75; 0,5 e 3,31.
 C) 3,31; 0,50; 1,75 e 1,47.
 D) **3,31; 1,75; 0,50 e 1,47.**
 E) 3,31; 1,75; 0,50 e 1,00.

Justificativa

LC = AC/PC; LC = 530.000,00/160.000,00; LC = 3,31.

LS = (AC – Estoques)/PC; LS = (530.000,00 – 200.000,00)/160.000,00; LS = 1,75.

LI = Disponibilidades/Passivo Circulante; LI = 80.000,00/160.000,00; LI = 0,50.

LG = (AC + ARLP) / (PC + PELP); LG = (530.000,00 + 0,00)/(160.000,00 + 200.000,00); LG = 1,47.

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Participar da formulação do planejamento estratégico e apoiar a gestão no processo de tomada de decisão.

Tema	d) analisar a posição financeira atual e futura de uma entidade, usando as técnicas de análise de índices, análise de tendências, análise de fluxo de caixa, entre outras;
Tópico do Conteúdo	Análise e interpretação das Demonstrações Contábeis: análise horizontal e vertical, análise por meio de índices: liquidez, solvência, quocientes de estrutura, rentabilidade e lucratividade.

39) De acordo com o CPC 04 – Ativo intangível – classifique em VERDADEIRO ou FALSO as afirmativas abaixo.

- () Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física.
- () Alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substância física.
- () Direitos detidos por arrendatário, por meio de contratos de licenciamento para itens como filmes cinematográficos, gravações em vídeo, peças, manuscritos, patentes e direitos autorais, são considerados ativos intangíveis.
- () Pesquisa é a investigação original e planejada, realizada com a expectativa de adquirir novo conhecimento e entendimento científico ou técnico.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- A) V, F, V, V.
 B) **V, V, V, V.**
 C) V, F, F, V.
 D) V, F, F, V.
 E) F, F, F, F.

Justificativa

- Item 8 do CPC 04 – Definições: “Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física.”
- Item 44 do CPC 04: “Alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substância física, como um disco (como no caso de software), documentação jurídica (no caso de licença ou patente) ou em um filme”.
- Item 6 do CPC 04: “Direitos detidos por arrendatário por meio de contratos de licenciamento para itens como filmes cinematográficos, gravações em vídeo, peças, manuscritos, patentes e direitos autorais estão dentro do alcance deste pronunciamento e devem ser excluídos do alcance do CPC 06”.
- Item 8 do CPC 04 – Definições: “Pesquisa é a investigação original e planejada realizada com a expectativa de adquirir novo conhecimento e entendimento científico ou técnico”.

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.
 SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.
 Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade (Pronunciamentos contábeis), pertinentes a quaisquer entidades
Tópico do Conteúdo	CPC 04 – Ativo Intangível

40) De acordo com o CPC 04 – Ativo intangível – assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) O custo de ativo intangível adquirido separadamente inclui seu preço de compra, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos, e ainda qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.
- B) Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.
- C) **Um ativo intangível adquirido em combinação de negócios pode ser separável, mas apenas em conjunto com um contrato a ele relacionado, ativo ou passivo identificável. Nesses casos, a adquirente pode reconhecer o**

ativo intangível separadamente do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill), mas em conjunto com o item relacionado.

- D) O reconhecimento dos custos no valor contábil de ativo intangível cessa quando esse ativo está nas condições operacionais pretendidas pela administração.
- E) Um ou mais ativos intangíveis podem ser adquiridos por meio de permuta por ativo, ou ativos não monetários, ou conjunto de ativos monetários e não monetários. O ativo ou ativos objeto de permuta podem ser de mesma natureza ou de naturezas diferentes.

Justificativa

O item 36 do CPC 04 dispõe o seguinte: “Um ativo intangível adquirido em combinação de negócios pode ser separável, mas apenas em conjunto com um contrato a ele relacionado, ativo ou passivo identificável. Nesses casos, a adquirente **DEVE** reconhecer o ativo intangível separadamente do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill), mas em conjunto com o item relacionado.” A questão colocou a alternativa como uma faculdade, enquanto o CPC dispõe como uma obrigação.

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Arioaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade (Pronunciamentos contábeis), pertinentes a quaisquer entidades
Tópico do Conteúdo	CPC 04 – Ativo Intangível

41) A Companhia Zeus possui uma lista de dois ativos intangíveis, gerados internamente, já na fase de desenvolvimento, e com início da geração de benefícios em 02/01/2020. Para essa classe de ativos, a entidade estima uma amortização de 10% ao ano. Dentre esses intangíveis, um deles, de vida útil indefinida, registrado inicialmente pelo valor de R\$ 8.000.000,00, foi submetido ao teste de recuperabilidade em 31/12/2022. Sabendo que o valor em uso apurado para esse ativo é de R\$ 7.500.000,00 e o Valor Líquido de Venda é de R\$ 7.000.000,00, assinale o valor que representa a Perda Estimada por Teste de Recuperabilidade a ser lançada no balanço em 31/12/2022.

- A) R\$ 600.000,00.
- B) R\$ 1.100.000,00.
- C) R\$ 500.000,00.
- D) R\$ 1.600.000,00.
- E) R\$ 300.000,00.

Justificativa

O CPC 01 disciplina que um ativo não possa ficar registrado por valor que exceda o seu valor recuperável. E, por valor recuperável, o mesmo CPC expõe ser o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso. O valor contábil de um bem a ser submetido ao teste de recuperabilidade é o seu valor de registro, deduzidos de depreciação, amortização ou exaustão. Na questão é apresentada a taxa de amortização dos ativos intangíveis em questão, contudo, é dito também que esse ativo intangível em particular não possui vida útil definida, com isso, nos termos do item 89 do CPC 04 “um ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado”. Por isso, o valor a ser sujeito ao teste de recuperabilidade é o valor original do ativo R\$ 8.000.000,00 e, como o valor em uso é de R\$ 7.500.000,00 (superior ao valor de R\$ 7.000.000,00 do valor líquido de venda), é com essa base que o teste é feito. O valor original de R\$ 8.000.000,00 excede o valor em uso (R\$ 7.500.000,00) em R\$ 500.000,00, logo, esse é o valor da Perda Estimada por Teste de Recuperabilidade.

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Arioaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade (Pronunciamentos contábeis), pertinentes a quaisquer entidades
Tópico do Conteúdo	CPC 04 – Ativo Intangível e CPC 01 – Teste de Recuperabilidade

42) A Companhia Jota, sabedora de que há indicações observáveis que o valor de três de seus ativos diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal, os submete ao teste de recuperabilidade. Itens: um terreno registrado pelo valor de R\$ 500.000,00, com uma edificação registrada pelo valor de R\$ 400.000,00, registrados em 02/01/2020 e com uma taxa de depreciação de 5% ao ano, configurados os dois ativos como uma unidade geradora de caixa; uma máquina registrada em 02/01/2021 pelo valor de R\$ 300.000,00 e uma taxa de depreciação anual de 10%; por fim, um ativo biológico do tipo videira adquirida em 02/01/2023 ao custo de R\$ 200.000,00. De posse de todas essas informações e dos dados abaixo, assinale a alternativa que apresenta o valor a ser lançado como Estimativa de Perdas (ajuste para perdas) no balanço de 31/12/2023 nos termos do CPC 01.

Terreno com edificação:

Valor Justo: R\$ 800.000,00.

Valor em uso: R\$ 700.000,00.

Máquina:

Valor Justo: R\$ 190.000,00.

Valor em uso: R\$ 200.000,00.

Videira:

Valor Justo: R\$ 210.000,00.

- A) R\$ 20.000,00, R\$ 10.000,00 e R\$ 0,00.
- B) R\$ 80.000,00, R\$ 20.000,00 e R\$ 0,00.
- C) R\$ 120.000,00, R\$ 10.000,00 e R\$ 0,00.
- D) R\$ 20.000,00, R\$ 20.000,00 e R\$ 0,00.
- E) R\$ 20.000,00, R\$ 10.000,00 e R\$ 10.000,00.

Justificativa

O CPC 01 disciplina que um ativo não possa ficar registrado por valor que exceda o seu valor recuperável. E, por valor recuperável, o mesmo CPC expõe ser o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso. O valor contábil de um bem a ser submetido ao teste de recuperabilidade é o seu valor de registro, deduzidos de depreciação, amortização ou exaustão. No caso do primeiro bem havia dois ativos, terreno e edificação, nesse caso, apenas a edificação sofre depreciação e, esta situação, foi de R\$ 80.000,00, fazendo com que o valor líquido da edificação ficasse em R\$ 320.000,00, enquanto o valor líquido do terreno permanecesse em R\$ 500.000,00, tendo a unidade geradora de caixa um valor contábil de R\$ 820.000,00. Como o valor justo líquido foi de R\$ 800.000,00, o valor do ajuste para perdas foi de apenas R\$ 20.000,00. No caso da máquina, a depreciação acumulada foi de R\$ 90.000,00, gerando assim um valor contábil de R\$ 210.000,00 e, como o valor em uso apresentado foi de R\$ 200.000,00, o valor de ajuste é de R\$ 10.000,00. Por fim, o ativo biológico não é tratado pelo CPC 01, logo, não deve ter qualquer lançamento decorrente deste CPC.

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Arioaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
-------	----------

Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade (Pronunciamentos contábeis), pertinentes a quaisquer entidades
Tópico do Conteúdo	CPC 01 – Teste de Recuperabilidade

43) O CPC 12 trata de ajuste a valor presente de ativos e passivos, suas condições de aplicabilidade e situações pertinentes. Também esclarece que ajuste a valor presente não reflete necessariamente o valor justo dos ativos e passivos. Nesse sentido, como diretriz geral a ser observada, ativos, passivos e situações que apresentarem uma ou mais das características abaixo devem estar sujeitos aos procedimentos de mensuração tratados no CPC 12.

- I. Transação que dá origem a um ativo, a um passivo, a uma receita ou a uma despesa (conforme definidos na Estrutura Conceitual) ou outra mutação do patrimônio líquido, cuja contrapartida é um ativo ou um passivo com liquidação financeira (recebimento ou pagamento) em data diferente da data do reconhecimento desses elementos.
- II. Reconhecimento periódico de mudanças de valor, utilidade ou substância de ativos, ou passivos similares emprega método de alocação de descontos.
- III. Conjunto particular de fluxos de caixa estimados claramente, associado a um ativo ou a um passivo.

Assinale a Alternativa **CORRETA**:

- A) As características II e III estão corretas.
- B) As características I e III estão corretas.
- C) As características I e II estão corretas.
- D) **Todas as características estão corretas.**
- E) Todas as características estão incorretas.

Justificativa

O item 8 do CPC 12 dispõe o seguinte: “Nesse sentido, como diretriz geral a ser observada, ativos, passivos e situações que apresentarem uma ou mais das características abaixo devem estar sujeitos aos procedimentos de mensuração tratados neste Pronunciamento: (a) transação que dá origem a um ativo, a um passivo, a uma receita ou a uma despesa (conforme definidos na Estrutura Conceitual) ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo com liquidação financeira (recebimento ou pagamento) em data diferente da data do reconhecimento desses elementos; (b) reconhecimento periódico de mudanças de valor, utilidade, ou substância de ativos ou passivos similares emprega método de alocação de descontos; (c) conjunto particular de fluxos de caixa estimados claramente associado a um ativo ou a um passivo.”

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Arioaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade (Pronunciamentos contábeis), pertinentes a quaisquer entidades
Tópico do Conteúdo	CPC 01 – Teste de Recuperabilidade

44) A Companhia Delta foi criada em 02/01/2023 com objetivo social de comprar e vender mercadorias. No momento de sua criação, foi integralizado capital social em dinheiro no valor de R\$ 100.000,00. Ato contínuo a sua fundação, a Delta negocia com um fornecedor a aquisição de um primeiro lote de mercadorias para compor seu estoque e, dada sua condição de empresa nova, negocia a aquisição de um grande lote de mercadorias a um prazo de 24 meses para liquidação delas. O valor de aquisição à vista das mercadorias seria R\$ 95.000,00, mais R\$ 5.000,00 a título de seguro da mercadoria, contudo, dado o prazo para pagamento (dois anos), o fornecedor agregou ao

valor da compra uma taxa de juros de 5% ao ano (taxa relevante). Ainda no mês de janeiro, a Companhia Delta vendeu 60% dos estoques adquiridos anteriormente ao valor de R\$ 150.000,00, também com prazo de recebimento em dois anos e sujeito a uma taxa de juros de 5% ao ano.

- A) Clientes a Receber = R\$ 163.375,00; Fornecedores Pagar = R\$ 110.250,00 e Estoques de Mercadorias = R\$ 40.000,00.
- B) Clientes a Receber = R\$ 163.375,00, (-) AVP de Clientes = R\$ 7.875,00 (valor líquido de R\$ 157.500,00); Fornecedores Pagar = R\$ 110.250,00, (-) AVP de Fornecedores = R\$ 5.250,00 (valor líquido de R\$ 105.000,00) e Estoques de Mercadorias = R\$ 40.000,00.
- C) Clientes a Receber = R\$ 163.375,00, (-) AVP de Clientes = R\$ 7.875,00 (valor líquido de R\$ 157.500,00); Fornecedores Pagar = R\$ 110.250,00, (-) AVP de Fornecedores = R\$ 5.250,00 (valor líquido de R\$ 105.000,00) e Estoques de Mercadorias = R\$ 38.000,00.
- D) Clientes a Receber = R\$ 150.000,00; Fornecedores Pagar = R\$ 100.000,00 e Estoques de Mercadorias = R\$ 40.000,00.
- E) Clientes a Receber = R\$ 150.000,00; Fornecedores Pagar = R\$ 100.000,00 e Estoques de Mercadorias = R\$ 38.000,00.

Justificativa

O item 26 do CPC 12 dispõe “[...] que os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, devem ser ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo”, logo, a questão trabalha com esse conceito, fornecendo uma taxa de juros para que os ajustes fossem feitos. As demonstrações apresentam a seguinte configuração:

Caixa	100.000,00	Fornecedores	110.250,00	Receita Bruta	150.000,00
Clientes	165.375,00	AVP	-5.250,00	CMV	60.000,00
AVP	-7.875,00	Capital Social	100.000,00	Lucro Bruto	90.000,00
Mercadorias	40.000,00	Reserva de Lucros	92.500,00	Receita Financeira	7.500,00
Total	297.500,00	Total	297.500,00	Despesa Financeira	5.000,00
				Resultado Fin	2.500,00
				Lucro Líquido	92.500,00

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Arioaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade (Pronunciamentos contábeis), pertinentes a quaisquer entidades
Tópico do Conteúdo	CPC 01 – Teste de Recuperabilidade e CPC 16 - Estoques

- 45) A Companhia Delta foi criada em 02/01/2023 com objetivo social de comprar e vender mercadorias. No momento de sua criação, foi integralizado capital social em dinheiro no valor de R\$ 100.000,00. Ato contínuo a sua fundação, a Delta negocia com um fornecedor a aquisição de um primeiro lote de mercadorias para compor seu estoque e, dada sua condição de empresa nova, negocia a aquisição de um grande lote de mercadorias a um prazo de 24 meses para liquidação delas. O valor da aquisição à vista das mercadorias seria de R\$ 95.000,00, mais R\$ 5.000,00 a título de seguro da mercadoria, contudo, dado o prazo para pagamento (dois anos), o fornecedor agregou ao valor da compra uma taxa de juros de 5% ao ano (taxa relevante). Ainda no mês de janeiro, a Companhia Delta vendeu 60% dos estoques adquiridos anteriormente ao valor de R\$ 150.000,00, também com prazo de recebimento em dois anos e sujeito a uma taxa de juros de 5% ao ano.

Com base nas informações acima, assinale a alternativa que apresenta, **CORRETAMENTE**, o Lucro Bruto da Companhia Delta em 31/12/2023:

- A) R\$ 97.650,00.
- B) R\$ 99.225,00.
- C) R\$ 93.000,00.
- D) R\$ 94.500,00.
- E) **R\$ 90.000,00.**

Justificativa

O item 26 do CPC 12 dispõe “[...] que os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, devem ser ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo”, logo, a questão trabalha com esse conceito, fornecendo uma taxa de juros para que os ajustes fossem feitos. As demonstrações apresentam a seguinte configuração:

Caixa	100.000,00	Fornecedores	110.250,00
Clientes	165.375,00	AVP	-5.250,00
AVP	-7.875,00	Capital Social	100.000,00
Mercadorias	40.000,00	Reserva de Lucros	92.500,00
Total	297.500,00	Total	297.500,00

Receita Bruta	150.000,00
CMV	60.000,00
Lucro Bruto	90.000,00
Receita Financeira	7.500,00
Despesa Financeira	5.000,00
Resultado Fin	2.500,00
Lucro Líquido	92.500,00

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.
 SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.
 Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade (Pronunciamentos contábeis), pertinentes a quaisquer entidades
Tópico do Conteúdo	CPC 01 – Teste de Recuperabilidade e CPC 16 - Estoques

46) A Companhia Delta foi criada em 02/01/2023 com objetivo social de comprar e vender mercadorias. No momento de sua criação, foi integralizado capital social em dinheiro no valor de R\$ 100.000,00. Ato contínuo a sua fundação, a Delta negocia com um fornecedor a aquisição de um primeiro lote de mercadorias para compor seu estoque e, dada sua condição de empresa nova, negocia a aquisição de um grande lote de mercadorias a um prazo de 24 meses para liquidação delas. O valor da aquisição à vista das mercadorias seria de R\$ 95.000,00 mais R\$ 5.000,00 a título de seguro da mercadoria, contudo, dado o prazo para pagamento (dois anos), o fornecedor agregou ao valor da compra uma taxa de juros de 5% ao ano (taxa relevante). Ainda no mês de janeiro, a Companhia Delta vendeu 60% dos estoques adquiridos anteriormente ao valor de R\$ 150.000,00, também com prazo de recebimento em dois anos e sujeito a uma taxa de juros de 5% ao ano.

Com base nas informações, assinale a alternativa que apresenta, **CORRETAMENTE**, o valor da receita financeira e da despesa financeira em 31/12/2023

- A) **Receita Financeira = R\$ 7.500,00 e Despesa Financeira = R\$ 5.000,00.**
- B) Receita Financeira = R\$ 0,00 e Despesa Financeira = R\$ 0,00.
- C) Receita Financeira = R\$ 15.375,00 e Despesa Financeira = R\$ 10.250,00.
- D) Receita Financeira = R\$ 7.875,00 e Despesa Financeira = R\$ 5.250,00.
- E) Receita Financeira = R\$ 7.500,00 e Despesa Financeira = R\$ 4.750,00.

Justificativa

O item 26 do CPC 12 dispõe “[...] que os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, devem ser ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo”, logo, a

questão trabalha com esse conceito, fornecendo uma taxa de juros para que os ajustes fossem feitos. As demonstrações apresentam a seguinte configuração:

Caixa	100.000,00	Fornecedores	110.250,00
Clientes	165.375,00	AVP	-5.250,00
AVP	-7.875,00	Capital Social	100.000,00
Mercadorias	40.000,00	Reserva de Lucros	92.500,00
Total	297.500,00	Total	297.500,00

Receita Bruta	150.000,00
CMV	60.000,00
Lucro Bruto	90.000,00
Receita Financeira	7.500,00
Despesa Financeira	5.000,00
Resultado Fin	2.500,00
Lucro Líquido	92.500,00

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Arioaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade (Pronunciamentos contábeis), pertinentes a quaisquer entidades
Tópico do Conteúdo	CPC 01 – Teste de Recuperabilidade e CPC 16 - Estoques

47) A Companhia Delta foi criada em 02/01/2023 com objetivo social de comprar e vender mercadorias. No momento de sua criação, foi integralizado capital social em dinheiro no valor de R\$ 100.000,00. Ato contínuo a sua fundação, a Delta negocia com um fornecedor a aquisição de um primeiro lote de mercadorias para compor seu estoque e, dada sua condição de empresa nova, negocia a aquisição de um grande lote de mercadorias a um prazo de 24 meses para liquidação delas. O valor da aquisição à vista das mercadorias seria de R\$ 95.000,00, mais R\$ 5.000,00 a título de seguro da mercadoria, contudo, dado o prazo para pagamento (dois anos), o fornecedor agregou ao valor da compra uma taxa de juros de 5% ao ano (taxa relevante). Ainda no mês de janeiro, a Companhia Delta vendeu 60% dos estoques adquiridos anteriormente ao valor de R\$ 150.000,00, também com prazo de recebimento em dois anos e sujeito a uma taxa de juros de 5% ao ano.

Com base nas informações, assinale a alternativa que apresenta, **CORRETAMENTE**, o Lucro Líquido da Companhia Delta em 31/12/2023:

- A) R\$ 110.500,00.
- B) **R\$ 92.500,00.**
- C) R\$ 90.000,00.
- D) R\$ 95.125,00.
- E) R\$ 95.750,00.

Justificativa

O item 26 do CPC 12 dispõe “[...] que os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, devem ser ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo”, logo, a questão trabalha com esse conceito, fornecendo uma taxa de juros para que os ajustes fossem feitos. As demonstrações apresentam a seguinte configuração:

Caixa	100.000,00	Fornecedores	110.250,00
Clientes	165.375,00	AVP	-5.250,00
AVP	-7.875,00	Capital Social	100.000,00
Mercadorias	40.000,00	Reserva de Lucros	92.500,00
Total	297.500,00	Total	297.500,00

Receita Bruta	150.000,00
CMV	60.000,00
Lucro Bruto	90.000,00
Receita Financeira	7.500,00
Despesa Financeira	5.000,00
Resultado Fin	2.500,00
Lucro Líquido	92.500,00

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade (Pronunciamentos contábeis), pertinentes a quaisquer entidades
Tópico do Conteúdo	CPC 01 – Teste de Recuperabilidade e CPC 16 - Estoques

48) A Companhia AFQ atua na comercialização de produtos para alimentação vegana e, dentre os seus ativos, ela mantém um terreno no intuito de valorização do seu capital. Com base nessas informações, esse ativo deve ser classificado como:

- A) Ativo Intangível.
- B) Ativo Imobilizado.
- C) **Propriedade para Investimento.**
- D) Estoque.
- E) Disponibilidades.

Justificativa

O item 5 do CPC 28 - definições dispõe “Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário como ativo de direito de uso) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas”.

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade (Pronunciamentos contábeis), pertinentes a quaisquer entidades
Tópico do Conteúdo	CPC 28 – Propriedade para investimento.

49) Selecione o exemplo que **NÃO** trata de propriedade para investimento, nos termos do CPC 28:

- A) Propriedade que esteja sendo construída ou desenvolvida para futura utilização como propriedade para investimento.
- B) Terrenos mantidos para valorização de capital a longo prazo, e não para venda a curto prazo, no curso ordinário dos negócios.
- C) Edifício que esteja desocupado, mas mantido para ser arrendado sob um ou mais arrendamentos operacionais.
- D) **Propriedade destinada à venda no decurso ordinário das atividades ou em vias de construção, ou desenvolvimento para tal venda.**
- E) Edifício que seja propriedade da entidade (ou ativo de direito de uso relativo a edifício mantido pela entidade) e que seja arrendado sob um ou mais arrendamentos.

Justificativa

O item 9 do CPC 28 afirma – “[...] exemplos de itens que não são propriedades para investimento, estando, por isso, fora do alcance deste pronunciamento: propriedade destinada à venda no decurso ordinário das atividades ou em vias

de construção ou desenvolvimento para tal venda (ver CPC 16 – Estoques), como, por exemplo, propriedade adquirida exclusivamente com vista à alienação subsequente no futuro próximo ou para desenvolvimento e revenda”.

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade (Pronunciamentos contábeis), pertinentes a quaisquer entidades
Tópico do Conteúdo	CPC 28 – Propriedade para investimento.

50) Em 18 de março de 2022, a diretoria executiva da Cia Alfa autoriza a emissão de demonstrações contábeis para o seu conselho. O conselho aprova as demonstrações contábeis em 26 de março de 2022. As demonstrações contábeis são disponibilizadas aos acionistas e a outras partes interessadas em 31 de março de 2022. Os acionistas aprovam as demonstrações contábeis na sua reunião anual em 30 de abril de 2022, e as demonstrações contábeis são encaminhadas para registro no órgão competente em 17 de maio de 2022.

Em 28 de fevereiro de 2022, a entidade descobre um erro que mostra que as demonstrações contábeis estavam incorretas.

Com base no exposto, e aplicando o CPC 24 – Eventos Subsequentes - a entidade deve:

- A) Suspender o registro das demonstrações contábeis.
- B) Reconhecer um evento subsequente sem a necessidade de ajuste às demonstrações contábeis.
- C) **Reconhecer um evento subsequente e ajustar as demonstrações contábeis.**
- D) Contratar três perícias técnicas para, só então, publicar as demonstrações contábeis.
- E) Omitir o erro.

Justificativa

O item 3 do CPC 24 – Definições – dispõe que “Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.” O item 9 do CPC 24 apresenta um rol exemplificativo de eventos subsequentes, que exige que a entidade ajuste os valores reconhecidos, e erro e fraude é um caso de ajuste de demonstrações.

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade (Pronunciamentos contábeis), pertinentes a quaisquer entidades
Tópico do Conteúdo	CPC 24 – Evento Subsequente

51) Das alternativas a seguir, assinale aquela que **NÃO** apresenta um objetivo do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

- A) Contribuir para a avaliação da análise do equilíbrio econômico-financeiro da Outorgada.

- B) Permitir a elaboração das Demonstrações Contábeis regulatórias e correspondentes notas explicativas e das informações complementares que necessitem de divulgação para atendimento de dispositivos da legislação aplicável ao setor.
- C) Permitir a adequada apuração do resultado das atividades de Geração, Transmissão, Distribuição, Administração Central e Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.
- D) Contribuir para a otimização da performance socioambiental, por meio da explicitação dos gastos oriundos do cumprimento da Política Nacional de Meio Ambiente, necessários à conformidade ambiental e sustentabilidade das concessões atribuídas pela União Federal.
- E) **Auxiliar os responsáveis pela elaboração (preparadores) dos relatórios financeiros a desenvolver políticas contábeis consistentes, quando nenhum pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil.**

Justificativa

O item 2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Objetivos - elenca uma série de objetivos do Manual, contudo, o item E é uma finalidade da Estrutura Conceitual do Relatório Financeiro, disciplinada pelo CPC 00.

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.

SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.

LEITE, Joubert da Silva Jeronimo. **Manual de contabilidade societária e regulatória aplicável as entidades do setor elétrico**: Normas e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Cenage Learning, 2012.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.

Manual de Contabilidade do Setor Elétrico versão 2022. Disponível em :<
http://www2.aneel.gov.br/cedoc/adsp20212904_2.pdf>. Acesso em: 2004.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade (Pronunciamentos contábeis), pertinentes a quaisquer entidades
Tópico do Conteúdo	Manual de Contabilidade do Setor Elétrico versão 2022: conceitos, Plano de Contas e demonstrações financeiras regulatórias.

52) De acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico emitido pela Aneel existem particularidades entre a contabilidade regulatória e a contabilidade societária, que são tratadas nas Instruções Gerais - IG, Instruções Contábeis - IC e Técnicas de Funcionamento. Entre as principais adaptações apresentadas no Manual, em relação aos CPCs - Comitês de Pronunciamentos Contábeis, avalie as afirmativas a seguir, e assinale V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras - este CPC estabelece a necessidade de segregação entre custos e despesas dos gastos alocados no resultado do exercício, segregação esta não requerida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
- () CPC 27 - Imobilizado - este CPC estabelece que o valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil. Entretanto, no âmbito regulatório, quem é competente para definir a vida útil e a taxa de depreciação dos bens é o Órgão Regulador, não cabendo à empresa realizar a revisão mencionada no CPC 27.
- () As Outorgadas, as quais possuem revisão tarifária, deverão registrar, contabilmente, para fins regulatórios, a reavaliação regulatória compulsória valorada, com base no Valor Novo de Reposição (VNR).
- () CPC 06 (R2) - Arrendamentos - a aplicação deste CPC deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Possíveis mudanças de práticas societárias, decorrentes da aplicação dessa norma, em virtude de alguma excepcionalidade, principalmente quanto ao arrendamento mercantil financeiro, deverão ser comunicadas previamente ao Órgão Regulador.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- A) V, F, V, V.
- B) F, F, F, F.
- C) V, V, V, V.
- D) V, F, F, V.
- E) V, F, F, V.

Justificativa

O item 3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2 – Conceitos e Fundamentos - apresenta a literalidade dos itens trazidos na questão, todos são verdadeiros.

Referência

SANDE, Silvio; NEIVA, André. **Contabilidade Geral e Avançada**. Editora Método, 2022.
 SANTOS, Arioaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual prático de contabilidade societária**: Aplicável a todas as sociedades. Editora Atlas, 2022.
 LEITE, Joubert da Silva Jeronimo. **Manual de contabilidade societária e regulatória aplicável as entidades do setor elétrico**: Normas e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Cenage Learning, 2012.
 Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2024). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2024.
 Manual de Contabilidade do Setor Elétrico versão 2022. Disponível em :<
http://www2.aneel.gov.br/cedoc/adsp20212904_2.pdf>. Acesso em: 2004.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Geral
Eixo Temático	Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não financeiras relevantes e fidedignas
Tema	Aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade (Pronunciamentos contábeis), pertinentes a quaisquer entidades
Tópico do Conteúdo	Manual de Contabilidade do Setor Elétrico versão 2022: conceitos, Plano de Contas e demonstrações financeiras regulatórias.

53) O Código de Conduta da Celesc foi elaborado sob os princípios do respeito às leis, integridade, sustentabilidade, confidencialidade, transparência e isenção político-partidária, estando totalmente harmonizado às modernas práticas de *compliance*. No contexto do seu código, a Celesc impõe a seus dirigentes vedações éticas. Assinale a alternativa que **NÃO** representa uma proibição ao corpo diretivo da Celesc.

- A) Aceitar, oferecer, prometer, dar ou receber, direta ou indiretamente presentes, brindes e hospitalidades de qualquer pessoa ou a qualquer pessoa, empresa, entidade ou a qualquer autoridade da administração pública, com o objetivo de influenciar suas decisões e que violem o estabelecido em normativas internas.
- B) Utilizar cargo, função, posição, patrimônio, influência ou informações privilegiadas, com o fim de obter qualquer favorecimento para si ou outro, bem como participar de negócios externos à Celesc, nos casos em que houver conflito com os interesses da Empresa.
- C) **Impedir que toda decisão seja baseada em relacionamentos pessoais e político-partidários.**
- D) Praticar ato que caracterize conflito de interesse, conforme definido neste Código.
- E) Praticar lavagem de dinheiro e atos de improbidade administrativa e nepotismo.

Justificativa

O item 5.2 do Código de Conduta da Celesc – Regras para Diretores e Gerentes - apresenta uma série de comprometimentos a seu corpo diretivo e gerencial. A alternativa E da questão “Impedir que toda decisão seja baseada em relacionamentos pessoais e político-partidários” é um comprometimento e não uma vedação de conduta.

Referência

Código de Conduta Celesc. Disponível em: < <https://www.celesc.com.br/arquivos/politicas/Codigo-conduta-etica-Celesc-4a-revisao.pdf>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Ética e Compliance
Eixo Temático	Analisar a gestão de risco, controle interno e outros mecanismos de governança.

Tema	Explicar aos gestores acerca dos princípios da boa governança, incluindo os direitos e responsabilidades dos proprietários, dos investidores e dos responsáveis pela governança;
Tópico do Conteúdo	Código de Conduta da CELESC

54) O planejamento do trabalho da Auditoria Interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade (NBC TI 01 – Da Auditoria Interna). Sobre o tema, avalie as afirmativas a seguir:

- I. O conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade.
- II. O conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos, e seu grau de confiabilidade da entidade.
- III. O uso do trabalho de especialistas.
- IV. Os riscos de auditoria, quer pelo volume ou pela complexidade das transações e operações.

É **CORRETO** o que se afirma em:

- A) II, III, IV
- B) I, II, III.
- C) I, II, IV.
- D) **I, II, III, IV.**
- E) III, IV

Justificativa

O item 12.2.1.2 da NBA TI 01 – Da Auditoria Interna - apresenta um rol exemplificativo de fatores relevantes na execução dos trabalhos de auditoria interna, todas as opções da questão fazem parte do rol normativo.

Referência

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil**: teoria e prática. 11. ed. Editora Atlas, 2019.

Normas Brasileiras de Auditoria. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Auditoria
Eixo Temático	Auditar informações financeiras e não financeiras e fornecer outros serviços de asseguaração.
Tema	Aplicar as normas de auditoria e asseguaração.
Tópico do Conteúdo	Auditoria Interna

55) Os procedimentos da Auditoria Interna constituem exames e investigações, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da entidade (NBC TI 01 – Da Auditoria Interna). Quanto aos procedimentos testes e amostragem em auditoria, é **CORRETO** o que se afirma em:

- A) Os testes substantivos visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e administradores da entidade.
- B) **O procedimento de investigação e confirmação consiste na obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações, dentro ou fora da entidade.**
- C) O procedimento de observação consiste na verificação de registros, documentos e ativos tangíveis.
- D) Ao determinar a extensão de um teste de auditoria ou um método de seleção de itens a serem testados, não devem ser empregadas técnicas de amostragem.
- E) Os testes de observância visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade.

Justificativa

De acordo com a NBA TI 01 – Da Auditoria Interna - o procedimento de investigação e confirmação consiste na obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações, dentro ou fora da entidade.

A) Os testes de observância e não os substantivos é que visam a obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e administradores da entidade.

C) O procedimento de Inspeção, e não de observação, consiste na verificação de registros, documentos e ativos tangíveis.

D) Ao determinar a extensão de um teste de auditoria ou um método de seleção de itens a serem testados, podem ser empregadas técnicas de amostragem.

E) Os testes substantivos visam a obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade, e não os de observância como foi dito na questão.

Referência

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil**: teoria e prática. 11. ed. Editora Atlas, 2019.

Normas Brasileiras de Auditoria. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>>.

Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Auditoria
Eixo Temático	Auditar informações financeiras e não financeiras e fornecer outros serviços de asseguarção.
Tema	Aplicar as normas de auditoria e asseguarção.
Tópico do Conteúdo	Auditoria Interna

56) De acordo com a Lei n.º 12.846/2013 – Lei Anticorrupção - Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A multa e o perdimento de bens, direitos ou valores aplicados com fundamento nesta Lei serão destinados exclusivamente a entidades que promovam ações de combate a corrupção.
- B) A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores, ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- C) A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá apenas mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.
- D) Apenas o Ministério Público poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo.
- E) **Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.**

Justificativa

De acordo com Lei n.º 12.846/2013:

E) “art. 18. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.”

A) Art. 24. A multa e o perdimento de bens, direitos ou valores aplicados com fundamento nesta Lei, **serão** B) “Art.3º. A responsabilização da pessoa jurídica **não** exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores, ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.”

C) “Art. 8º. “A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que **agirá de ofício ou mediante provocação**, observados o contraditório e a ampla defesa.”

D) “Art. 16. **A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública** poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo.”

destinados preferencialmente aos órgãos ou entidades públicas lesadas.

Referência

HEINEM, Juliano. **Comentários à lei anticorrupção**: Lei 12.846/2013. Editora Fórum, 2015.

Lei n.º 12.846, de 02 de agosto de 2013. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
-------	----------

Disciplina	Ética e Compliance
Eixo Temático	Analisar a gestão de risco, controle interno e outros mecanismos de governança.
Tema	Explicar aos gestores acerca dos princípios da boa governança, incluindo os direitos e responsabilidades dos proprietários, dos investidores e dos responsáveis pela governança;
Tópico do Conteúdo	Código de Conduta da CELESC

57) Sobre a Lei n.º 8.249/1992 – Lei de Improbidade Administrativa, marque a opção **INCORRETA**:

- A) **Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei baseada em jurisprudência ainda não pacificada, dado que a tese pode não ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.**
- B) As sanções desta Lei não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- C) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário, ou que se enriquecer ilicitamente, estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- D) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- E) Estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais.

Justificativa

O parágrafo 8º, do art. 1º da Lei n.º 8.429/1992 dispõe exatamente o contrário do que a questão expõe: “**Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.**” Demais alternativas apresentam a literalidade do texto da lei.

Referência

HEINEM, Juliano. **Comentários à lei anticorrupção**: Lei 12.846/2013. Editora Fórum, 2015.

ZENKNER, Marcelo. **Integridade governamental e empresarial**: Um espectro da repressão e da prevenção à corrupção no Brasil e em Portugal. Editora Forum, 2019.

Lei n.º 12.846, de 02 de agosto de 2013. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12846.htm>. Acesso em: 2024.

Lei n.º 8.429, de 02 de junho de 1992. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Ética e Compliance
Eixo Temático	Analisar a gestão de risco, controle interno e outros mecanismos de governança.
Tema	Explicar aos gestores acerca dos princípios da boa governança, incluindo os direitos e responsabilidades dos proprietários, dos investidores e dos responsáveis pela governança;
Tópico do Conteúdo	Código de Conduta da CELESC

58) No que tange aos atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito nos termos da Lei n.º 8.249/1992 – Lei de Improbidade Administrativa – Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a indevida incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, de rendas, de verbas ou de valores integrantes do acervo patrimonial das entidades referidas no art. 1º desta Lei.
- B) **Utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades.**

- C) Doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta Lei, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie.
- D) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente, ou inidônea.
- E) Permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.

Justificativa

Único item presente no rol de atos de improbidade administrativa que importam em enriquecimento ilícito é “[...] utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades.” Os demais são atos que causam prejuízo ao erário.

Referência

HEINEM, Juliano. **Comentários à lei anticorrupção**: Lei 12.846/2013. Editora Fórum, 2015.

ZENKNER, Marcelo. **Integridade governamental e empresarial**: Um espectro da repressão e da prevenção à corrupção no Brasil e em Portugal. Editora Forum, 2019.

Lei n.º 12.846, de 02 de agosto de 2013. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm>. Acesso em: 2024.

Lei n.º 8.429, de 02 de junho de 1992. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Ética e Compliance
Eixo Temático	Analisar a gestão de risco, controle interno e outros mecanismos de governança.
Tema	Explicar aos gestores acerca dos princípios da boa governança, incluindo os direitos e responsabilidades dos proprietários, dos investidores e dos responsáveis pela governança;
Tópico do Conteúdo	Código de Conduta da CELESC

59) Sobre a Lei Complementar n.º 116/2003 – Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências - avalie as afirmativas a seguir:

- I. Os Municípios e o Distrito Federal, mediante lei, poderão atribuir de modo expresse a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total, ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.
- II. Contribuinte é o prestador do serviço.
- III. As alíquotas máxima e mínima são 5% e 1%, respectivamente.
- IV. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

Assinale a alternativa que indica as afirmativas **CORRETAS**.

- A) I, II e IV.
- B) II, III e IV.
- C) III.
- D) II e IV.
- E) Todas estão corretas.

Justificativa

De acordo com o art. 8º e 8º-A, as alíquotas máxima e mínima do ISS são 5% e 2%, as demais afirmações são transcrições da literalidade da lei.

Referência

HEINEM, Juliano. **Comentários à lei anticorrupção**: Lei 12.846/2013. Editora Fórum, 2015.

ZENKNER, Marcelo. **Integridade governamental e empresarial**: Um espectro da repressão e da prevenção à corrupção no Brasil e em Portugal. Editora Forum, 2019.

Lei n.º 12.846, de 02 de agosto de 2013. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Tributária
Eixo Temático	Compreender e aplicar a legislação tributária e previdenciária.
Tema	aplicar as leis e regulamentos tributários e previdenciários inerentes às organizações;
Tópico do Conteúdo	Imposto sobre Serviços – ISS: Lei Complementar Federal nº 116/03 e Lei Complementar nº 157/2016

60) Assinale a alternativa **CORRETA** de acordo com o Código Tributário Nacional:

- A) É permitido à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município, desde que autorizado pelo Senado Federal.
- B) Em casos excepcionais previstos em lei, a União pode estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.
- C) Em razão da sua procedência ou do seu destino, os Estados podem estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza.
- D) A tributação de templos de qualquer culto e sobre o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos é de competência exclusiva da União.
- E) **Somente a União, em casos excepcionais previstos em lei, pode instituir empréstimos compulsórios.**

Justificativa

E) Texto do art. 15 do CTN: “Art. 15. Somente a União, nos seguintes casos excepcionais, pode instituir empréstimos compulsórios.”

A) O art. 10 do CTN dispõe o seguinte: “Art. 10. É **VEDADO** à União instituir tributo **que não seja uniforme em todo o território nacional**, ou que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município.”

B) O art. 9º do CTN dispõe que é **VEDADO** à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: “III - estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais”.

C) O art. 11 do CTN veda a todos os entes da federação estabelecer tal diferença: “Art. 11. É **VEDADO** aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.”

D) O art. 9º do CTN dispõe que é **VEDADO** à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: “IV - cobrar imposto sobre: a) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros; b) **templos de qualquer culto**; c) o **patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos**, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos fixados na Seção II deste Capítulo” (Redação dada pela Lei Complementar n.º 104, de 2001).

Referência

PEGAS, Paulo Henrique. **Manual de contabilidade tributária**. 5. ed. Freitas Bastos Editora, 2007.

Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm>. Acesso em: 2024.

Nível	Superior
Disciplina	Contabilidade Tributária
Eixo Temático	Compreender e aplicar a legislação tributária e previdenciária.
Tema	b) aplicar as leis e regulamentos tributários e previdenciários inerentes às organizações;
Tópico do Conteúdo	Noções básicas sobre direito tributário: sistema tributário nacional; Competência tributária da União, dos Estados e dos Municípios; tributo: conceito, espécies, impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório, contribuições sociais ou para fiscais.